

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	33
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	74
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	11.496
Preferenciais	10.336
Total	21.832
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.181.001	1.209.889
1.01	Ativo Circulante	570.272	593.538
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	129.966	65.838
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	120.122
1.01.03	Contas a Receber	143.938	148.799
1.01.03.01	Clientes	138.990	143.685
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.948	5.114
1.01.03.02.01	Outros créditos	4.948	5.114
1.01.04	Estoques	184.649	168.114
1.01.06	Tributos a Recuperar	72.215	61.891
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	72.215	61.891
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições sociais a compensar	72.215	61.891
1.01.07	Despesas Antecipadas	17.301	2.160
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	22.203	26.614
1.01.08.03	Outros	22.203	26.614
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	22.203	26.614
1.02	Ativo Não Circulante	610.729	616.351
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	87.782	99.437
1.02.01.03	Contas a Receber	10.022	4.734
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	10.022	4.734
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	23.329	22.317
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	23.329	22.317
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	54.431	72.386
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições sociais a compensar	51.145	50.911
1.02.01.09.04	Instrumentos financeiros derivativos	3.286	21.475
1.02.02	Investimentos	87.837	92.836
1.02.02.01	Participações Societárias	16.704	21.703
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	0	15.240
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	10.241	0
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	6.463	6.463
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	71.133	71.133
1.02.03	Imobilizado	427.917	416.581
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	427.917	416.581
1.02.04	Intangível	7.193	7.497
1.02.04.01	Intangíveis	7.193	7.497

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.181.001	1.209.889
2.01	Passivo Circulante	430.978	357.704
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	18.506	16.350
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.033	6.151
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	13.473	10.199
2.01.02	Fornecedores	97.978	59.570
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	71.687	52.273
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	26.291	7.297
2.01.03	Obrigações Fiscais	18.388	9.199
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.623	3.091
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.459	856
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais e federais	2.164	2.235
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	13.340	5.673
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	425	435
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	250.828	231.488
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	222.227	199.738
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	113.469	40.700
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	108.758	159.038
2.01.04.02	Debêntures	28.601	31.750
2.01.05	Outras Obrigações	45.278	41.097
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.188	1.188
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.188	1.188
2.01.05.02	Outros	44.090	39.909
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	11.210	11.210
2.01.05.02.04	Verbas diretas	5.180	5.550
2.01.05.02.05	Fretes a pagar	10.019	11.013
2.01.05.02.07	Instrumentos financeiros derivativos	9.075	2.142
2.01.05.02.08	Financiamento de impostos	2.677	2.909
2.01.05.02.09	Outras contas a pagar	5.929	7.085
2.02	Passivo Não Circulante	234.201	333.289
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	181.644	279.219
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	138.764	222.059
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	103.952	110.664
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	34.812	111.395
2.02.01.02	Debêntures	42.880	57.160
2.02.02	Outras Obrigações	11.187	9.695
2.02.02.02	Outros	11.187	9.695
2.02.02.02.04	Financiamento de impostos	2.837	2.957
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	7.388	6.738
2.02.02.02.06	Instrumentos Financeiros	962	0
2.02.03	Tributos Diferidos	28.131	35.692
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	28.131	35.692
2.02.04	Provisões	13.239	8.683
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.239	8.683
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.438	2.648
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.708	3.267

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.093	2.768
2.03	Patrimônio Líquido	515.822	518.896
2.03.01	Capital Social Realizado	197.873	197.873
2.03.02	Reservas de Capital	601	601
2.03.04	Reservas de Lucros	296.385	296.291
2.03.04.01	Reserva Legal	22.149	22.148
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	33.549	33.456
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	240.687	240.687
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.093	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	23.129	23.222
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-73	909

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	339.923	334.837
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-237.348	-208.679
3.03	Resultado Bruto	102.575	126.158
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-103.329	-87.559
3.04.01	Despesas com Vendas	-66.763	-66.435
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-20.947	-27.652
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-11.602	-5.128
3.04.05.01	Honorários da administração	-2.246	-1.894
3.04.05.02	Depreciação e amortização	-2.279	-2.715
3.04.05.03	Outras despesas operacionais líquidas	-7.077	-519
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.017	11.656
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-754	38.599
3.06	Resultado Financeiro	-4.619	-10.060
3.06.01	Receitas Financeiras	67.262	42.212
3.06.02	Despesas Financeiras	-71.881	-52.272
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-5.373	28.539
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.280	-8.275
3.08.01	Corrente	-4.280	0
3.08.02	Diferido	7.560	-8.275
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.093	20.264
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-2.093	20.264
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-2.093	20.264
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.074	426
4.02.01	Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-1.074	426
4.03	Resultado Abrangente do Período	-3.167	20.690

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	25.415	46.401
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	16.131	39.801
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo líquido do exercício	-2.093	20.264
6.01.01.02	Depreciação e amortização	6.702	6.151
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	4.017	-11.656
6.01.01.04	Resultado de ativo imobilizado e intangível baixado	2.885	48
6.01.01.05	Constituição (reversão) de provisão para redução ao valor recuperável	248	270
6.01.01.06	Constituição (reversão) de provisão para contingências	-330	911
6.01.01.07	Constituição (reversão) de provisão para perda de estoque	377	786
6.01.01.08	Juros, variações monetárias e cambiais líquidas	-16.382	50.173
6.01.01.09	Constituição de IR e CS diferidos	-7.560	8.275
6.01.01.10	Ajuste a valor de mercado	29.193	-35.421
6.01.01.11	Constituição (reversão) de provisão para reestruturação	-209	0
6.01.01.12	Créditos extemporâneo de ICMS/ INSS/ PIS/ COFINS	-717	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	9.284	6.600
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	4.446	10.448
6.01.02.02	Estoques	-16.912	-8.731
6.01.02.03	Impostos e contribuições sociais a compensar	-9.841	522
6.01.02.04	Créditos com controladas	-355	-1.102
6.01.02.05	Outros créditos	-3.429	-7.136
6.01.02.06	Fornecedores	17.135	13.553
6.01.02.07	Tributos a recolher	9.189	-11.650
6.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	2.156	-2.264
6.01.02.09	Débitos com outras partes relacionadas	0	559
6.01.02.10	Fretes a pagar	-994	0
6.01.02.11	Provisão para contingências	0	-305
6.01.02.12	Outras contas a pagar	8.241	-2.986
6.01.02.13	Instrumentos financeiros derivativos	0	15.692
6.01.02.14	Financiamento de impostos	-352	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	99.504	-17.347
6.02.01	Intangível	-100	-316
6.02.02	Imobilizado	-20.518	-17.031
6.02.04	Resgate de aplicação financeira	120.122	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-60.791	36.905
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	8.625	119.453
6.03.02	Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-46.533	-64.827
6.03.03	Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	-3.569	-2.071
6.03.04	Captação de instrumentos financeiros derivativos	1.302	0
6.03.05	Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos	0	-15.650
6.03.06	Amortização de principal de debêntures	-14.280	0
6.03.07	Amortização de juros de debêntures	-6.336	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	64.128	65.959
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	65.838	127.590
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	129.966	193.549

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	296.291	0	24.131	518.896
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	296.291	0	24.131	518.896
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.000	-1.074	-3.074
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.093	0	-2.093
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	93	-1.074	-981
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-981	-981
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	0	93	-93	0
5.07	Saldos Finais	197.873	601	296.291	-2.000	23.057	515.822

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	235.386	0	22.980	456.840
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	235.386	0	22.980	456.840
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-15.650	0	0	-15.650
5.04.08	Distribuição de dividendos complementares	0	0	-15.650	0	0	-15.650
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	68	20.264	-68	20.264
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.264	0	20.264
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	68	0	-68	0
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	68	0	-68	0
5.07	Saldos Finais	197.873	601	219.804	20.264	22.912	461.454

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	372.111	377.057
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	388.855	381.278
7.01.02	Outras Receitas	-16.545	-3.951
7.01.02.01	(-) Abatimentos e descontos	-16.024	-4.910
7.01.02.02	Outras receitas	-521	959
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-199	-270
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-310.169	-272.721
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-270.961	-190.055
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-39.282	-81.120
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-2.095	-517
7.02.04	Outros	2.169	-1.029
7.03	Valor Adicionado Bruto	61.942	104.336
7.04	Retenções	-6.793	-6.344
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.793	-6.344
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	55.149	97.992
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	63.245	53.868
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.017	11.656
7.06.02	Receitas Financeiras	67.262	42.212
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	118.394	151.860
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	118.394	151.860
7.08.01	Pessoal	38.107	41.190
7.08.01.01	Remuneração Direta	23.958	24.078
7.08.01.02	Benefícios	7.704	7.944
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.219	2.374
7.08.01.04	Outros	4.226	6.794
7.08.01.04.01	Honorários da administração	2.246	1.894
7.08.01.04.02	Participação dos empregados nos lucros	1.059	4.200
7.08.01.04.03	Outros gastos	921	700
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.668	34.797
7.08.02.01	Federais	7.738	14.990
7.08.02.02	Estaduais	-663	19.169
7.08.02.03	Municipais	593	638
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	74.712	55.609
7.08.03.01	Juros	71.355	52.272
7.08.03.02	Aluguéis	3.357	3.337
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-2.093	20.264
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-2.093	20.264

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.203.745	1.232.958
1.01	Ativo Circulante	598.618	630.756
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	180.545	103.773
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	120.122
1.01.03	Contas a Receber	163.451	174.434
1.01.03.01	Clientes	158.457	169.283
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.994	5.151
1.01.03.02.01	Outros créditos	4.994	5.151
1.01.04	Estoques	142.733	136.057
1.01.06	Tributos a Recuperar	72.270	61.944
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	72.270	61.944
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições sociais a compensar	72.270	61.944
1.01.07	Despesas Antecipadas	17.301	2.160
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	22.318	32.266
1.01.08.03	Outros	22.318	32.266
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	22.318	28.403
1.01.08.03.02	Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	0	3.863
1.02	Ativo Não Circulante	605.127	602.202
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	91.328	99.442
1.02.01.03	Contas a Receber	10.027	4.739
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	10.027	4.739
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	26.870	22.317
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	26.870	22.317
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	54.431	72.386
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições sociais a compensar	51.145	50.911
1.02.01.09.04	Instrumentos financeiros derivativos	3.286	21.475
1.02.02	Investimentos	71.197	71.197
1.02.02.01	Participações Societárias	64	64
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	64	64
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	71.133	71.133
1.02.03	Imobilizado	429.010	417.667
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	429.010	417.667
1.02.04	Intangível	13.592	13.896
1.02.04.01	Intangíveis	13.592	13.896

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.203.745	1.232.958
2.01	Passivo Circulante	453.722	380.773
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	18.695	16.517
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.122	6.228
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	13.573	10.289
2.01.02	Fornecedores	116.899	83.393
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	109.712	52.318
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	7.187	31.075
2.01.03	Obrigações Fiscais	18.425	9.237
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.660	3.129
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.479	870
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	2.181	2.259
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	13.340	5.673
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	425	435
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	250.828	231.488
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	222.227	199.738
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	113.469	40.700
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	108.758	159.038
2.01.04.02	Debêntures	28.601	31.750
2.01.05	Outras Obrigações	48.875	40.138
2.01.05.02	Outros	48.875	40.138
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	11.210	11.210
2.01.05.02.04	Verbas diretas	5.180	5.550
2.01.05.02.05	Fretes a pagar	10.019	11.013
2.01.05.02.07	Instrumentos financeiros derivativos	13.686	2.273
2.01.05.02.08	Financiamento de impostos	2.692	2.909
2.01.05.02.09	Outras contas a pagar	6.088	7.183
2.02	Passivo Não Circulante	234.201	333.289
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	181.644	279.219
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	138.764	222.059
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	103.952	110.664
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	34.812	111.395
2.02.01.02	Debêntures	42.880	57.160
2.02.02	Outras Obrigações	11.187	9.695
2.02.02.02	Outros	11.187	9.695
2.02.02.02.04	Financiamento de impostos	2.837	2.957
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	7.388	6.738
2.02.02.02.06	Instrumentos Financeiros	962	0
2.02.03	Tributos Diferidos	28.131	35.692
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	28.131	35.692
2.02.04	Provisões	13.239	8.683
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.239	8.683
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.438	2.648
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.708	3.267
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.093	2.768
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	515.822	518.896

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.01	Capital Social Realizado	197.873	197.873
2.03.02	Reservas de Capital	601	601
2.03.04	Reservas de Lucros	296.385	296.291
2.03.04.01	Reserva Legal	22.148	22.148
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	33.550	33.456
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	240.687	240.687
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.093	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	23.129	23.222
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-73	909

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	340.423	336.165
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-237.159	-209.459
3.03	Resultado Bruto	103.264	126.706
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-99.475	-99.429
3.04.01	Despesas com Vendas	-66.763	-66.435
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-21.098	-27.866
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-11.614	-5.128
3.04.05.01	Honorários da administração	-2.246	-1.894
3.04.05.02	Depreciação e amortização	-2.279	-2.715
3.04.05.03	Outras despesas operacionais líquidas	-7.089	-519
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.789	27.277
3.06	Resultado Financeiro	-9.154	1.317
3.06.01	Receitas Financeiras	67.972	53.246
3.06.02	Despesas Financeiras	-77.126	-51.929
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-5.365	28.594
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.272	-8.330
3.08.01	Corrente	-4.288	-55
3.08.02	Diferido	7.560	-8.275
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.093	20.264
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-2.093	20.264
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-2.093	20.264
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-2.093	20.264
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.074	426
4.02.01	Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-1.074	426
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-3.167	20.690
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-3.167	20.690

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	31.583	57.165
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	11.125	47.142
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo líquido do exercício	-2.093	20.264
6.01.01.02	Depreciação e amortização	6.695	6.211
6.01.01.04	Resultado de ativo imobilizado e intangível baixado	2.885	48
6.01.01.05	Constituição (reversão) de provisão para redução ao valor recuperável	248	270
6.01.01.06	Constituição (reversão) de provisão para contingências	-330	911
6.01.01.07	Constituição (reversão) de provisão para perda em estoque	377	786
6.01.01.08	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	-17.364	50.700
6.01.01.09	Constituição de IR e CS diferidos	-7.560	8.275
6.01.01.10	Ajuste a valor de mercado	29.193	-40.323
6.01.01.11	Constituição (reversão) de provisão para reestruturação	-209	0
6.01.01.12	Créditos extemporâneo de ICMS/ INSS/ PIS/ COFINS	-717	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	20.458	10.023
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	4.488	10.308
6.01.02.02	Estoques	-7.053	-4.669
6.01.02.03	Impostos e contribuições sociais a compensar	-9.843	518
6.01.02.04	Créditos com controladas	-355	-1.102
6.01.02.05	Outros créditos	-16.453	-7.152
6.01.02.06	Fornecedores	31.337	13.560
6.01.02.07	Tributos a recolher	9.181	-11.657
6.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	2.186	-2.245
6.01.02.10	Fretes a pagar	-994	0
6.01.02.11	Provisão para contingências	0	-305
6.01.02.12	Outras contas a pagar	8.316	-2.925
6.01.02.13	Instrumentos financeiros derivativos	0	15.692
6.01.02.14	Financiamento de impostos	-352	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	99.504	-17.347
6.02.01	Intangível	-100	-316
6.02.02	Imobilizado	-20.518	-17.031
6.02.04	Resgate de aplicação financeira	120.122	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-54.315	36.354
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	8.947	118.902
6.03.02	Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-46.533	-64.827
6.03.03	Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	-3.569	-2.071
6.03.04	Captação de instrumentos financeiros derivativos	7.456	0
6.03.05	Dividendos distribuídos	0	-15.650
6.03.06	Amortização de principal de debêntures	-14.280	0
6.03.07	Amortização de juros de debêntures	-6.336	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	76.772	76.172
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	103.773	139.668
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	180.545	215.840

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	296.291	0	24.131	518.896	0	518.896
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	296.291	0	24.131	518.896	0	518.896
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.000	-1.074	-3.074	0	-3.074
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.093	0	-2.093	0	-2.093
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	93	-1.074	-981	0	-981
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-981	-981	0	-981
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	0	93	-93	0	0	0
5.07	Saldos Finais	197.873	601	296.291	-2.000	23.057	515.822	0	515.822

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	235.386	0	22.980	456.840	23	456.863
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	235.386	0	22.980	456.840	23	456.863
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-15.650	0	0	-15.650	1	-15.649
5.04.08	Distribuição de dividendos complementares	0	0	-15.650	0	0	-15.650	0	-15.650
5.04.09	Participação empresa controlada	0	0	0	0	0	0	1	1
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	68	20.264	-68	20.264	0	20.264
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.264	0	20.264	0	20.264
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	68	0	-68	0	0	0
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	68	0	-68	0	0	0
5.07	Saldos Finais	197.873	601	219.804	20.264	22.912	461.454	24	461.478

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	372.783	378.544
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	389.527	382.765
7.01.02	Outras Receitas	-16.545	-3.951
7.01.02.01	(-) Abatimentos e descontos	-16.024	-4.910
7.01.02.02	Outras receitas	-521	959
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-199	-270
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-310.048	-273.624
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-270.728	-190.775
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-39.320	-81.146
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-2.095	-517
7.02.04	Outros	2.095	-1.186
7.03	Valor Adicionado Bruto	62.735	104.920
7.04	Retenções	-6.838	-6.404
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.838	-6.404
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	55.897	98.516
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	67.972	53.246
7.06.02	Receitas Financeiras	67.972	53.246
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	123.869	151.762
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	123.869	151.762
7.08.01	Pessoal	38.148	41.221
7.08.01.01	Remuneração Direta	23.987	24.098
7.08.01.02	Benefícios	7.704	7.946
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.219	2.374
7.08.01.04	Outros	4.238	6.803
7.08.01.04.01	Honorários da administração	2.246	1.894
7.08.01.04.02	Participação dos empregados nos lucros	1.059	4.200
7.08.01.04.03	Outros gastos	933	709
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.857	35.011
7.08.02.01	Federais	7.858	15.156
7.08.02.02	Estaduais	-654	19.169
7.08.02.03	Municipais	653	686
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	79.957	55.266
7.08.03.01	Juros	76.601	51.929
7.08.03.02	Aluguéis	3.356	3.337
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-2.093	20.264
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-2.093	20.264

Comentário**Divulgação dos resultados do primeiro trimestre de 2016**

Fortaleza – CE, 11 de maio de 2016 – A J. Macêdo S.A. (“J. Macêdo”), Companhia líder nacional nos mercados de farinha para uso doméstico e mistura para bolos, divulga seus resultados do primeiro trimestre de 2016 (1T16). As informações operacionais e financeiras estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma. As comparações referem-se ao primeiro trimestre de 2015 (1T15), salvo indicação contrária.

Mensagem da administração

O primeiro trimestre de 2016 continuou com um cenário de crise política e econômica, no qual implicou em um aumento da retração da economia, do desemprego e da inflação, que acabaram corroborando para uma queda na confiança do consumidor e consequente redução no consumo.

Dentro de um planejamento e acompanhamento criterioso de suas atividades, a J. Macêdo segue com o compromisso de passar por este momento atingindo seus objetivos. Alicerçados em bases sólidas, com potencial para inovar, valorização do capital humano, respeito às pessoas, além da integridade em todas as nossas atividades e relações, vislumbramos o sucesso a médio e longo prazo, concretizando, assim, o crescimento da J. Macêdo.

A realidade apresentada no período fez com que o volume de vendas fosse menor do que o mesmo período do ano anterior, porém conseguimos uma receita bruta 1,8% maior do que o mesmo período de 2015, saltando de R\$ 382,8 milhões para 389,5 milhões, bem como uma receita líquida de impostos 1,2% maior do que o primeiro trimestre de 2015, quando passamos dos R\$ 336,2 do 1T15 para os R\$ 340,4 do 1T16.

São os nossos sólidos alicerces, a força das nossas marcas, a busca por inovações, seja em nossos produtos ou processos, a confiança em todo o time e na alta administração que nos fazem acreditar que iremos conseguir entregar os resultados que são esperados.

A Administração

Comentário do Desempenho



Destaques do período

- ✎ A receita bruta cresceu de R\$ 382,8 milhões no 1T15 para R\$ 389,5 milhões no 1T16, um acréscimo de 1,8% no comparativo dos períodos;
- ✎ A receita líquida de impostos aumentou dos R\$ 336,2 milhões no 1T15 para R\$ 340,4 milhões no 1T16, um incremento de 1,2% entre os períodos apresentados;
- ✎ O faturamento na categoria de massas obteve um incremento de 17,9%, passando de R\$ 99,5 milhões no 1T15 para R\$ 117,3 milhões no 1T16, da mesma forma, na categoria de fermento aumentamos de R\$ 7,3 milhões no primeiro trimestre de 2015 para R\$ 9,7 milhões no trimestre atual, o que representou um crescimento de 32,5%;
- ✎ Os investimentos nos primeiros três meses de 2016 totalizaram R\$ 20,7 milhões, um acréscimo de 19,7% quando comparado aos 17,3 milhões de mesmo período do ano anterior.
- ✎ O lucro líquido encerrou o 1T16 com prejuízo de R\$ 2,1 milhões, uma queda de 110,3% em relação aos R\$ 20,3 milhões do 1T15;
- ✎ O EBITDA no 1T16 foi de R\$ 10,6 milhões, uma queda de 68,5% em relação aos 33,7 milhões do 1T15;

Principais destaques	1T16	1T15	1T16 X 1T15 (%)	4T15	1T16 X 4T15 (%)
Receita Bruta	389,5	382,8	1,8%	479,4	-18,8%
Receita Líquida de Impostos	340,4	336,2	1,2%	421,3	-19,2%
Faturamento					
Massas	117,3	99,5	17,9%	127,3	-7,8%
Fermentos	9,7	7,3	32,5%	11,6	-16,6%
Investimentos em imobilizado	20,7	17,3	19,7%	28,7	-27,9%
Lucro Líquido	(2,1)	20,3	-110,3%	53,0	-104,0%
EBITDA	10,6	33,7	-68,5%	44,1	-76,0%

Comentário do Desempenho



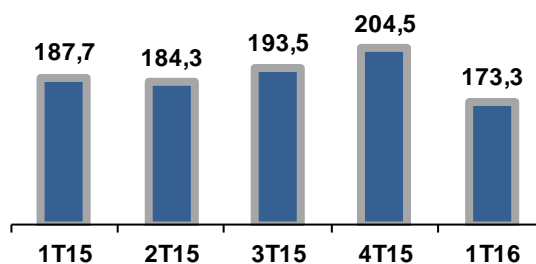
Desempenho Operacional

O volume de vendas apresentou, comparado ao primeiro trimestre do ano anterior, uma redução de 7,7%, causada em grande parte, pelo momento da economia nacional. Contudo, a Companhia manteve, no trimestre, a política de priorizar a rentabilidade, adequando sua política comercial nas diversas categorias e canais.

Abaixo, segue volume de vendas da controladora.

Toneladas	1T16	1T15	1T16 X 1T15 (%)	4T15	1T16 X 4T15 (%)
Farinhas e farelo	122.799	136.989	-10,4%	145.971	-15,9%
Massas	34.831	31.881	9,3%	39.698	-12,3%
Misturas para bolos e pães	8.200	11.345	-27,7%	11.535	-28,9%
Biscoitos	3.222	4.036	-20,2%	3.873	-16,8%
Sobremesas	544	881	-38,3%	607	-10,4%
Fermentos	463	412	12,4%	604	-23,4%
Subtotal Consumo	170.059	185.544	-8,3%	202.288	-15,9%
Outros	3.265	2.174	50,2%	2.239	45,8%
Total	173.324	187.718	-7,7%	204.527	-15,3%

Volume de Vendas
(em toneladas)

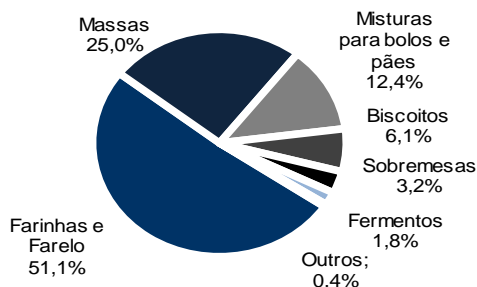


A participação das categorias na composição da receita bruta manteve-se relativamente estável em relação ao mesmo período do ano anterior, contudo observa-se o crescimento acelerado de produtos com maior valor agregado (massas e fermentos), conforme demonstrado.

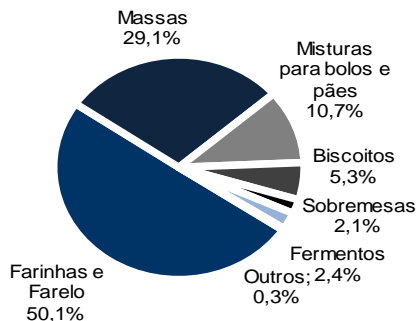
Comentário do Desempenho



Composição da Receita Bruta 1T15

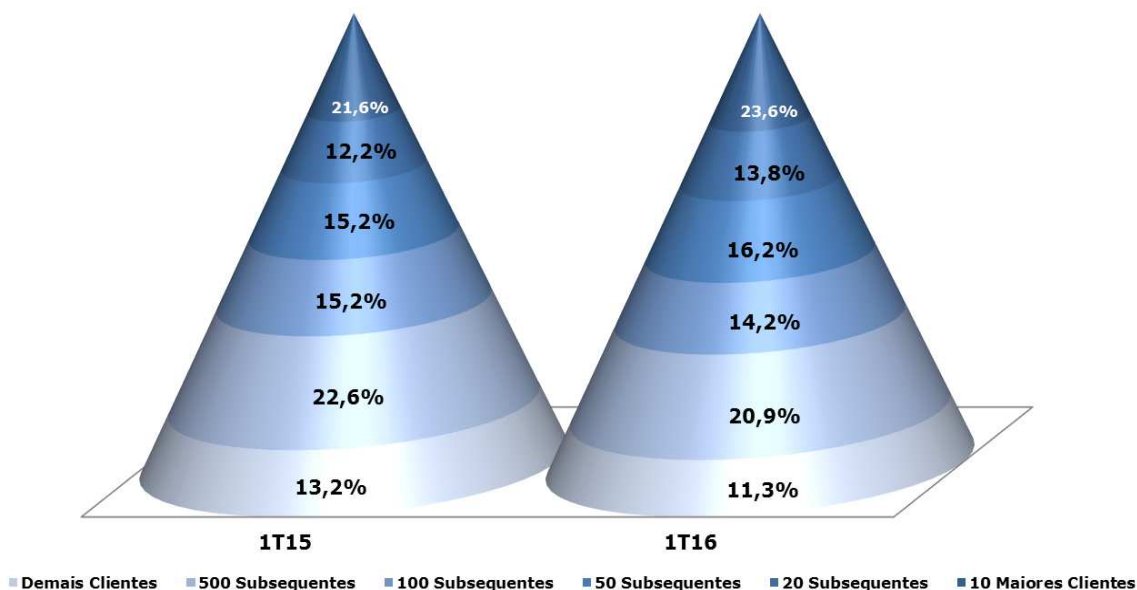


Composição da Receita Bruta 1T16



Neste trimestre, o percentual da receita bruta dos 10 maiores clientes da Companhia representou 20,6% das vendas brutas, mantendo-se praticamente estável em relação ao mesmo período do ano anterior.

Distribuição da Concentração de Vendas 1T15 x 1T16



Comentário do Desempenho



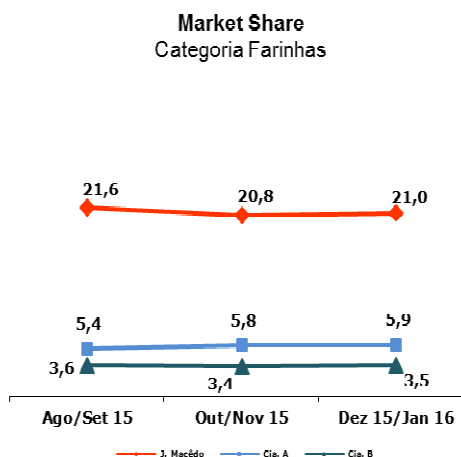
DESEMPENHO POR LINHA DE PRODUTO

A Companhia apresenta a seguir as principais categorias e o desempenho por linha de produto.

Farinhas e Farelo:

Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Farinhas Domésticas apresentou crescimento de 0,2% do ano móvel 2015 (Fev/Mar-14 a Dez/Jan-15) para 2016 (Fev/Mar-15 a Dez-15/Jan-16). A participação de mercado em volume da Companhia caiu de 24,0% para 21,8% no mesmo período.

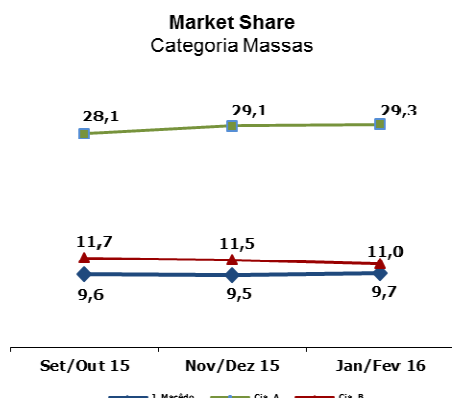
A pesquisa realizada pela ACNielsen não considera o segmento de panificação, o qual contribuiu sensivelmente para o crescimento dos volumes totais de Farinhas.



A categoria de Farinhas e Farelo representou 50,1% da receita bruta da Companhia no 1T16 (1T15: 51,1%). A receita nesta categoria teve uma leve queda de 1,0% do 1T15 para o 1T16, impactada, principalmente, pelo reposicionamento de preços da categoria.

Massas:

Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Massas cresceu 0,3% no ano móvel de 2016 (Mar/Abr-15 a Jan/Fev-16) versus o ano móvel de 2015 (Mar/Abr-14 a Jan/Fev-15). A participação de mercado em volume da Companhia decresceu em 0,3% no mesmo período.



A categoria de Massas representou 29,1% da receita bruta da Companhia no 1T16 (1T15: 25,0%). A receita nesta categoria aumentou 4,1% do 1T15 para o 1T16, impactada, principalmente pela adequação de nossa política comercial.

Buscamos volumes com margens favoráveis, através do reposicionamento das marcas e da concentração das ações em segmentos e regiões em que é possível obter maior valor agregado.

Comentário do Desempenho

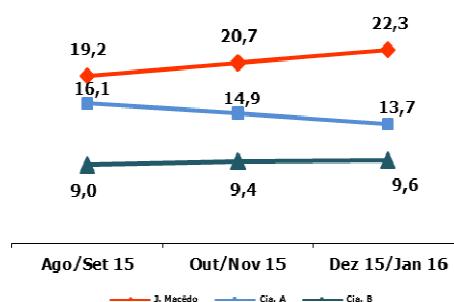


Misturas:

Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Misturas cresceu 2,2% ano móvel 2015 (Fev/Mar-14 a Dez14/Jan-15) para 2016 (Fev/Mar-15 a Dez15/Jan-16). A participação de mercado em volume da Companhia decresceu de 27,9% para 22,2% no mesmo período.

A categoria de Misturas representou 10,7% da receita bruta da Companhia no 1T16 (1T15: 12,4%). O percentual de participação desta categoria diminuiu 1,7% do 1T16 para o 1T15.

Market Share
Categoria Misturas



Outras categorias:

A categoria de Biscoitos representou 5,3% da receita bruta da Companhia no 1T16 (1T15: 6,1%). A receita nesta categoria diminuiu 0,8% do 1T16 para o 1T15.

A categoria de Sobremesas representou 2,1% da receita bruta da Companhia no 1T16 (1T15: 3,2%). A receita nesta categoria diminuiu 1,1% do 1T16 para o 1T15.

A categoria de Fermentos representou 2,4% da receita bruta da Companhia no 1T16 (1T15: 1,8%). A receita nesta categoria cresceu 0,6% do 1T16 para o 1T15.

Desempenho Econômico-Financeiro

PRINCIPAIS INDICADORES

Principais Indicadores	1T16	1T15	1T16 X 1T15 (%)	4T15	1T16 X 4T15 (%)
Receita Bruta	389,5	382,8	1,8%	479,4	-18,8%
Receita Líquida de Impostos	340,4	336,2	1,2%	421,3	-19,2%
Lucro Bruto	103,3	126,7	-18,5%	128,5	-19,6%
Lucro Bruto/ Receita Líquida (%)	30,3%	37,7%	-7,4 p.p.	30,5%	-0,2 p.p.
Resultado antes do IR	(5,4)	28,6	-118,9%	53,4	-110,1%
Margem Operacional (%)	-1,6%	8,5%	-10,1 p.p.	12,7%	-14,3 p.p.
EBITDA	10,6	33,7	-68,5%	44,1	-76,0%
Margem EBITDA (%)	3,1%	10,0%	-6,9 p.p.	10,5%	-7,4 p.p.

RECEITA BRUTA

A receita bruta da Companhia totalizou R\$ 389,5 milhões no 1T16, um acréscimo de 1,8% em relação a igual período de 2015 (R\$ 382,8 milhões). A margem bruta foi inferior, passando dos 37,7% no 1T15 para 30,3% no 1T16.

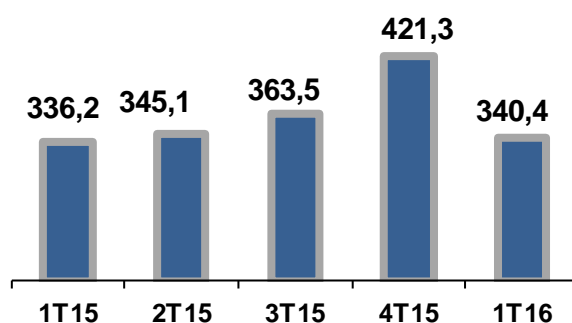
Comentário do Desempenho



RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da Companhia somou R\$ 340,4 milhões no 1T16, um aumento de 1,2% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 336,2 milhões).

Receita Líquida
(R\$ milhões)



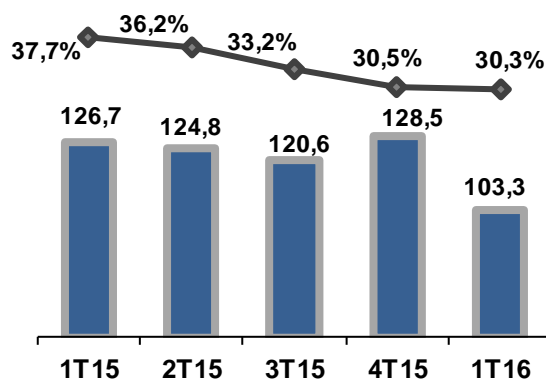
CUSTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS

Os custos de bens e/ou serviços vendidos no 1T16 totalizaram R\$ 237,2 milhões, equivalentes a 69,7% da receita líquida, um aumento de 13,2% comparados aos R\$ 209,5 milhões (62,3% da receita líquida) registrados no 1T15.

LUCRO BRUTO

O lucro bruto do 1T16 foi de R\$ 103,3 milhões, um decréscimo de 18,5% em relação aos R\$ 126,7 milhões. No trimestre, este lucro representou 30,3% da receita líquida enquanto, no mesmo período do ano anterior, representava 37,7%.

Lucro Bruto e Margem Bruta
(em R\$ milhões e em %)



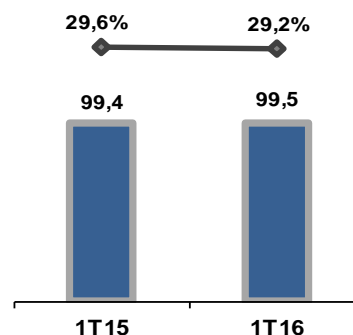
Comentário do Desempenho



DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais do 1T16 totalizaram R\$ 99,5 milhões, correspondente a 29,2% da receita líquida do mesmo período, 0,1% acima dos R\$ 99,4 milhões registrados no 1T15 (29,6% da receita líquida).

Despesas Operacionais e % RL
(em R\$ milhões e em %)



Despesas Operacionais	1T16	1T15	1T16 X 1T15 (%)	4T15	1T16 X 4T15 (%)
Vendas	(66,8)	(66,4)	0,6%	(79,3)	-15,8%
Gerais e Administrativas	(20,9)	(27,9)	-25,1%	(24,9)	-16,1%
Honorários da Administração	(2,4)	(1,9)	26,3%	(2,1)	14,3%
Depreciação/Amortização	(2,3)	(2,7)	-14,8%	(4,9)	-53,1%
Outras Despesas/ Receitas	(7,1)	(0,5)	N/A	21,3	-133,3%
Total	(99,5)	(99,4)	0,1%	(89,9)	10,7%

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Resultado Financeiro	1T16	1T15	1T16 X 1T15 (%)	4T15	1T16 X 4T15 (%)
Receitas Financeiras	68,0	53,2	27,8%	17,7	284,2%
Despesas Financeiras	(77,1)	(51,9)	48,6%	(20,8)	270,7%
Total	(9,1)	1,3	N/A	(3,1)	193,5%

A J. Macêdo registrou, no 1T16, resultado financeiro líquido negativo de R\$ 9,1 milhões, impactado principalmente pela baixa do Dólar, que reduziu o ganho com ajuste a valor de mercado dos derivativos.

Comentário do Desempenho



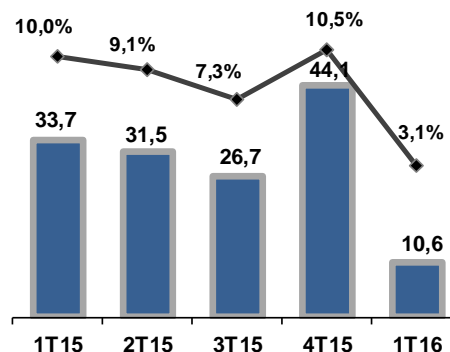
RESULTADO OPERACIONAL E EBITDA

A Companhia encerra o 1T16 com lucro operacional negativo de R\$ 5,4 milhões.

O EBITDA (*lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações*) acumulado do 1T16 totalizou R\$ 10,6 milhões (margem de 3,1% da receita líquida), representando um decréscimo de 68,5% em relação aos R\$ 33,7 milhões (10,0% da receita líquida) do mesmo período do ano anterior.

O EBITDA acumulado dos últimos doze meses totalizou R\$ 112,9 milhões (margem de 7,7%), abaixo dos R\$ 160,1 milhões (margem de 10,7% da receita líquida) do mesmo período do ano anterior.

EBITDA e Margem EBITDA
(em R\$ milhões e em %)



Reconciliação do EBITDA	1T16	1T15
Lucro antes do IR e CS - LAIR	(5,4)	28,6
Depreciação/ Amortização Custos	4,6	3,7
Depreciação/ Amortização Despesas	2,3	2,7
Resultado Financeiro	9,1	(1,3)
EBITDA	10,6	33,7

LUCRO LÍQUIDO

O prejuízo líquido registrado no 1T16 foi de R\$ 2,1 milhões, com margem líquida negativa de 0,6%, enquanto no mesmo período do ano anterior, o lucro líquido foi de R\$ 20,3 milhões, com margem líquida de 6,0%.

ENDIVIDAMENTO

Dívida Líquida	1T16	1T15	1T16 X 1T15 (%)	4T15	1T16 X 4T15 (%)
Curto Prazo	250,8	207,7	20,8%	231,5	8,3%
Empréstimos e Financiamentos	222,2	160,1	38,8%	199,7	11,3%
Debêntures	28,6	47,6	-39,9%	31,8	-10,1%
Longo Prazo	181,7	283,1	-35,8%	279,3	-34,9%
Empréstimos e Financiamentos	138,8	211,7	-34,4%	222,1	-37,5%
Debêntures	42,9	71,4	-39,9%	57,2	-25,0%
Total Endividamento	432,5	490,8	-11,9%	510,8	-15,3%
(-) Caixa	(180,6)	(215,8)	-16,3%	(223,9)	-19,3%
(-) Instrumentos Financeiros Derivativos	(11,0)	(38,2)	-71,2%	(47,6)	-76,9%
Dívida Líquida	240,9	236,8	1,7%	239,3	0,7%

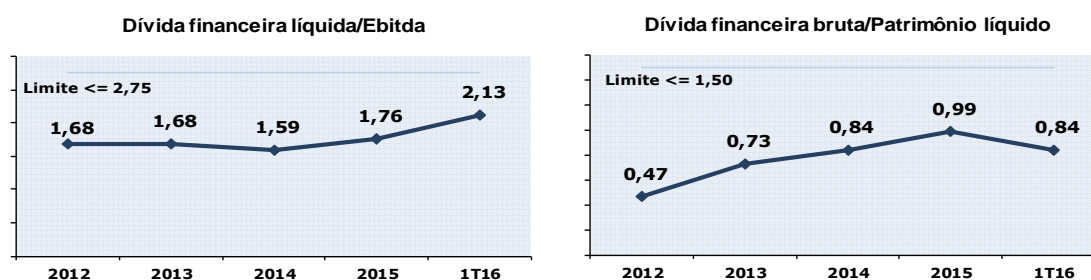
Comentário do Desempenho



O total do endividamento da companhia foi 11,9% menor que o mesmo trimestre do ano anterior e esta redução deve-se, principalmente, ao pagamento de parcelas das debêntures. Contudo, houve um acréscimo de 1,7% na dívida líquida devido ao efeito causado pela redução na cotação do Dólar.

Quando comparado a relação dívida líquida versus Ebitda, percebe-se uma queda de 2,13x no 1T16 contra 1,48x no 1T15.

Covenants	1T16	1T15	1T16 X 1T15 (%)	4T15	1T16 X 4T15 (%)
Dívida financeira líquida/Ebitda $\leq 2,75$	2,13	1,48	44,3%	1,76	21,3%
Dívida financeira bruta/Patrimônio líquido $\leq 1,50$	0,84	1,06	-21,1%	0,99	-15,7%
Ebitda/Despesas financeiras líquidas $\geq 1,75$	10,45	10,67	-2,1%	340,0	-96,9%



Os indicadores financeiros, tais como os de liquidez e custo líquido da dívida, continuaram em patamares robustos neste período, dentro dos limites definidos pelos *covenants* dos contratos de financiamentos.

Investimentos

No 1T16, o total de investimentos da Companhia foi de R\$ 20,7 milhões, um aumento de 19,7% em relação aos R\$ 17,3 milhões em investimentos no 1T15.

Com a finalidade de melhorar sua competitividade e manter sua posição de liderança, a J. Macêdo segue com o plano de investimento, principalmente em melhorias operacionais, focando em ganhos de produtividade com aumento de capacidade produtiva e na modernização das unidades com novas tecnologias.

Comentário do Desempenho



Desempenho Setorial

DESEMPENHO DO TRIGO

Mercado Internacional

Após o fechamento de mais um trimestre, a situação permanece confortável para o abastecimento mundial de trigo. Em relação à divulgação de dezembro, o relatório de oferta e demanda mundial do *United States Department of Agriculture* (USDA), divulgado em 9 de março, elevaram os estoques finais em 3,3%, de 229,86 milhões de Ton para 237,59 milhões de Ton, após a elevação de 2,58 milhões de Ton nos estoques iniciais e uma queda de respectivamente 2,61 e 7,77 milhões de Ton na produção e consumo mundial.

Com este cenário de ampla oferta, os preços permanecem no menor patamar desde 2007. No trimestre os preços do trigo “hard” negociado na bolsa de Kansas oscilaram entre USD 4,37/bu (mínima em 1º de março) e USD 4,90/bu (máxima em 15 de março), fechando o período cotado a USD 4,76/bu. O cenário favorável de suprimento associado à falta de notícias altistas contribuiu para a baixa volatilidade nos preços.

Na Argentina os preços apresentaram baixa após a posse do presidente Mauricio Macri, que em dezembro zerou as *retenciones* (equivalente a um imposto para exportação, cuja alíquota era de 23%) e eliminou a distribuição de ROEs (licenças para exportação) do trigo, além de ter liberado a taxa de câmbio. Com essas medidas os preços para trigo com 12% de proteína na condição *Free On Board* (FOB) complexo de Up River passaram a ser ofertados a aproximadamente USD 195/Ton, ante USD 225/Ton em dezembro (antes da posse do presidente). Outro fator que influenciou os preços foi a baixa qualidade verificada nos trigos da safra recém colhida. Com isso, grandes volumes de trigo com proteína abaixo de 12% passaram a ser ofertados com descontos entre USD 15/Ton e USD 20/Ton, aumentando a competitividade e alavancando as exportações do país.

Mercado Nacional

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) divulgou uma nova redução na safra brasileira de 2015 em relação à informação divulgada em dezembro, saindo de 5,63 para 5,53 milhões de Ton.

A safra chegou a ser projetada em mais de 7,0 milhões de Ton, mas sofreu uma importante quebra atribuída à forte geadas ocorrida em setembro e, principalmente, às chuvas excessivas que atingiram toda a região Sul durante os últimos meses de 2015, consequência do forte fenômeno “*El Niño*”. Além da perda em quantidade, verificou-se grande perda também em qualidade, sendo os principais problemas baixos peso hectolítrico (PH) e *Falling Number*.

No trimestre os preços apresentaram alta nas regiões oeste e centro-sul do PR, passando de aproximadamente R\$ 760/Ton para R\$ 800/Ton, estando, ao final do período,

Comentário do Desempenho



alinhados com os preços das demais regiões do estado. No RS o preço médio se manteve estável em R\$ 700/Ton.

Apesar da baixa disponibilidade de trigo do mercado interno, as altas nos preços foram limitadas pelas baixas nos preços dos trigos importados e pela redução da taxa de câmbio. Alterações nestes índices deverão refletir diretamente nos preços no mercado interno.

Pessoas & Gestão

Contribuir com o crescimento sustentável e a plena continuidade dos compromissos assumidos são alguns dos muitos desafios da área de Pessoas & Gestão, em 2016, frente ao cenário atual. Nesse sentido, a melhoria contínua na gestão dos processos e do capital humano, a busca constante pela excelência operacional e a integridade em todas as relações permanecem sendo a base de sustentação da nossa estratégia.

Diante de tais desafios, a Academia J.Macêdo segue como aliada da área de Pessoas & Gestão na educação continuada e no aprimoramento das competências do capital humano, de forma que a qualificação do nosso time seja um diferencial e contribua com o atingimento dos objetivos definidos para este ano. Até março, 270 colaboradores foram capacitados.

Além disso, no 1º trimestre, promovemos ajustes em posições de liderança para capturar mais sinergia e novas oportunidades em nossa estrutura organizacional. Projetos que visam ganhos de rentabilidade e a sustentabilidade das parcerias comerciais, como o GIS - Gestão Integrada de Suprimentos, também foram destaques e promoveram mudanças dos fornecedores de Refeições Coletivas e de Segurança Patrimonial na maioria das nossas unidades, preservando a padronização e a excelência no atendimento dos serviços prestados.

Outras iniciativas relevantes do período foram o lançamento do Acelere, uma premiação adicional para os colaboradores que atingirem a excelência no ano de 2016, a implementação do Projeto de Internalização dos Promotores, que contempla a formação de um time de aproximadamente 700 promotores próprios para garantir a execução de excelência nos pontos de venda, e a realização de workshops alcançando todos os níveis hierárquicos e áreas da J.Macêdo, como parte do Projeto de Construção da Plataforma de Cargos e Remuneração, que consiste na construção de uma estrutura de cargos compatível com as estratégias e os processos da empresa, e alinhada às melhores práticas do mercado e as necessidades atuais e futuras da companhia.

Somado a isto, permanecemos dedicados a temas como gestão de desempenho, fortalecimento da comunicação face a face, valorização do nosso time em datas comemorativas, segurança e saúde dos colaboradores, bem como a formação e o desenvolvimento da nossa equipe através do Projeto J.Macêdo Cultivando as Raízes

Comentário do Desempenho



Brasileiras, lançado no início do ano, que tem como objetivo a divulgação da cultura brasileira por meio dos canais de comunicação interna.

Dessa forma, a área de Pessoas & Gestão funciona como a catalisadora de ações voltadas ao engajamento dos colaboradores, o orgulho de pertencimento e a promoção de um clima de trabalho agradável, que proporciona perspectivas para o desenvolvimento de carreiras.

Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e às políticas internas da Companhia, informamos que desde a contratação da KPMG Auditores Independentes, foram prestados pela mesma, apenas serviços de Auditoria Externa.

As informações não financeiras da Companhia não foram revisadas pelos Auditores Independentes.

Disclaimer

As declarações contidas neste relatório relativas à perspectiva dos negócios da Companhia e ao potencial de crescimento dela constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao seu futuro.

Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do país, do setor e dos mercados internacionais; estando, portanto, sujeitas a mudanças.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre a Companhia e Controladas**1.1 Objeto social**

A J. Macêdo S.A. (“Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede na Rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, Fortaleza, Ceará, atua na produção e comercialização de farinhas de trigo, misturas para pães e bolos, gelatinas e sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermentos, segregados por categorias de negócios, vendidas principalmente sob as marcas Dona Benta, Sol, Petybon, Brandini, Veneranda, Boa Sorte e Chiarini.

A Companhia opera com unidades produtivas nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, e centros de distribuição nos principais mercados do Brasil, com a finalidade de melhor atender os clientes. Esses centros de distribuição, além de facilitarem a movimentação de produtos acabados, contribuem para melhor armazenagem dos produtos.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia, suas controladas e sua operação controlada em conjunto (conjuntamente referidas como “Grupo”).

2 Reorganização societária

Em 17 de dezembro de 2015 foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A. pela Companhia.

Essa reorganização societária não representou qualquer alteração na posição patrimonial consolidada, pois a Companhia já detinha o controle direto da entidade incorporada e teve como objetivo a simplificação da estrutura societária da Companhia.

O acervo líquido incorporado pela Companhia está assim representado:

Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.	R\$
Ativo circulante	11.342
Ativo não circulante	15.835
Total do ativo	<u>27.177</u>
Passivo circulante	11
Passivo não circulante	2.441
Total do passivo	<u>2.452</u>
Acervo líquido incorporado	<u><u>24.725</u></u>

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.

*Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016*

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais e consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As informações trimestrais individuais da Controladora foram preparadas de acordo com o BR GAAP.

A emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia para o período findo em 31 de março de 2016 foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 11 de maio de 2016.

3.2 Base de mensuração

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: instrumentos financeiros derivativos e propriedades para investimento.

3.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo, exceto pela controlada Cipolin S.A., que tem o dólar norte-americano como moeda funcional. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas com base em premissas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação destas informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos e passivos financeiros derivativos, propriedades para investimento pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável, benefícios de curto prazo a empregados, contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.

*Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016*

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações trimestrais individuais e consolidadas.

4.1 Base de consolidação

As informações trimestrais consolidadas são compostas pelas informações trimestrais da Companhia, de suas controladas e da operação controlada em conjunto em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, apresentadas abaixo a seguir:

Razão social	País sede	% participação societária	
		31/03/2016	31/12/2015
a) Cipolin S.A. ("Cipolin")	Uruguai	100,0	100,0
b) Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. ("Tergran")	Brasil	33,3	33,3

- (a) **Cipolin (sociedade de capital fechado)** - A controlada da J. Macêdo S.A. foi constituída em 1985 sob a razão social de "Cipolin S.A.", detendo a controladora a propriedade de 100% do capital social da Companhia que é constituído por 459.773.063 ações. A Cipolin se dedica ao processo de intermediação da compra de trigo, substancialmente da Argentina, para a J. Macêdo S.A., repassando o produto adquirido no exterior, seguindo rigorosamente as condições de preço do mercado internacional de trigo vigentes no momento de cada operação.
- (b) **Tergran (sociedade de capital fechado)** - A operação controlada em conjunto com as empresas Grande Moinho Cearense S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, as quais detêm participações iguais no capital social e nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado pela Administração da Tergran. O investimento é considerado como operação controlada em conjunto (*joint operation*). A Tergran é uma empresa de propósito específico, cujo objeto social é a exploração da atividade de operadora portuária, realizando, em especial, a descarga e armazenagem de grãos no porto de Fortaleza para atender aos três moinhos localizados na zona portuária.

As participações de não controladores representam a parcela do lucro ou prejuízo e patrimônio líquido não detida pela Companhia e são apresentadas separadamente na demonstração consolidada do resultado, na demonstração do resultado abrangente e no patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado da controladora.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo são eliminados na preparação das informações trimestrais consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.2 Controlada e operação controlada em conjunto

As informações trimestrais das controladas e da operação controlada em conjunto são incluídas nas informações trimestrais consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas e da operação controlada em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016

A operação controlada em conjunto é aquela na qual o Grupo possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais.

Nas informações trimestrais individuais da controladora, os investimentos de suas controladas e da operação controlada em conjunto são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Nas informações trimestrais consolidadas, os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas, da operação controlada em conjunto, foram reconhecidos de acordo com a participação na entidade.

4.3 Conversão de saldos em moeda estrangeira

4.3.1 *Transações em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

4.3.2 *Operações no exterior*

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real pela média mensal das taxas de câmbio.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido, como ajustes acumulados de conversão.

4.4 Tributos sobre o lucro

Imposto de renda e contribuição social - Correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

Impostos diferidos

O Grupo, fundamentado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, despesas não dedutíveis temporariamente e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.

*Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016*

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera, ao final do período de elaboração das informações trimestrais, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades para investimento que são mensuradas ao valor justo, existe a presunção que o valor contábil das propriedades para investimento será recuperado por venda não refutada.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data de elaboração das informações trimestrais.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das informações trimestrais e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

4.5 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

O detalhamento sobre as subvenções governamentais da Companhia consta na nota explicativa 23.

4.6 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros derivativos - reconhecimento e mensuração

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

No período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, na modalidade “*swap*” e “*forwards*”, demonstradas na nota explicativa 30.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.

*Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016*

Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, desreconhecimento e mensuração

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contatuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

São inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente registrados no resultado do período.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a. Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

a.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. O Grupo considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quanto tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Passivos financeiros não derivativos-mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

c. Capital social

Ações ordinárias e preferenciais, se não resgatáveis ou resgatáveis somente por opção da

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.

*Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016*

Companhia, são classificadas como patrimônio líquido.

4.7 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois, o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - Custo de aquisição segundo o custo médio; e
- Produtos acabados e em elaboração - Custo dos materiais diretos e mão-de-obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

A Companhia registra provisão para perdas de estoques em função da data de validade dos produtos, de produtos avariados e/ou obsoletos.

4.8 Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição do Grupo para o CPC (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado

(ii) *Custos subsequentes*

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão divulgadas na nota explicativa 15.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.

*Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016*

4.9 Arrendamentos mercantis

No começo de um contrato o Grupo define se ele é ou contém um arrendamento. Esse será o caso se as duas condições abaixo forem atendidas:

- a. Cumprimento do contrato é dependente do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- b. O contrato contém direito de uso do ativo ou ativos.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem ao Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o Grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou o prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

4.10 Propriedades para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário dessa propriedade.

Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no período em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

4.11 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016

ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no período em que for incorrido.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

4.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros

a. Ativos financeiros

Trimestralmente, o Grupo analisa se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título, dentre outras.

O Grupo considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

b. Ativos não financeiros (exceto estoques, propriedades para investimentos e impostos diferidos)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos de venda.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.

*Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016*

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo menos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

4.13 Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada nas informações trimestrais, líquida de qualquer reembolso.

4.14 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos resultados se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.15 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo devoluções, descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016

acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador e o custo associado puder ser mensurado adequadamente, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos, variação cambial e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas sobre os ativos financeiros (exceto recebíveis) que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

4.16 Segmento de negócios

Um segmento operacional é definido como um componente do Grupo para o qual haja informação financeira individualizada disponível, que é avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações do Grupo na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação do seu desempenho.

O Grupo atua no segmento alimentício com sete linhas de produtos: farinha, farelo, mistura para pães e bolos, gelatinas e sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermento. A produção e comercialização dos produtos alimentícios por parte do Grupo não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo principal gestor das operações, seja para tomada de decisão de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado, nem com informação financeira individualizada disponível.

Tendo em vista que as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, o Grupo concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

4.17 Demonstração do valor adicionado

O Grupo elaborou as demonstrações dos valores adicionados (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.

*Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016*

5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas informações trimestrais. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

5.1 IFRS 9 *Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)*

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas informações trimestrais e nas suas divulgações.

5.2 IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)*

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas informações trimestrais consolidadas do Grupo.

- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38).
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016

6 Caixa e equivalentes a caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Bancos conta movimento	5.761	7.838	43.742	30.639
Equivalentes de caixa	124.205	58.000	136.803	73.134
	129.966	65.838	180.545	103.773

Os equivalentes de caixa se referem a CDBs - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 100,44% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (31 de dezembro de 2015: 100,77%) e estão destinadas à negociação imediata. Os equivalentes de caixa possuem liquidez diária e o resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras significativas.

A Controlada Cipolin S.A. mantém seus recursos aplicados no Banco Safra - NY, em certificados de depósitos com correção de 0,25% a.a (31 de dezembro de 2015: 0,25% a.a.), com prazo de 6 meses (31 de dezembro de 2015: 6 meses), no valor total de R\$ 12.082 (31 de dezembro de 2015: R\$ 14.809), e próximo vencimento para 12/08/2016 (31 de dezembro de 2015: 06/01/2016). Estas aplicações não possuem qualquer restrição de saque, estando disponíveis para resgate imediato.

O Grupo mantém os saldos de depósitos bancários e aplicações financeiras com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, por esse motivo foram considerados como caixa e equivalentes de caixa para fins de elaboração da Demonstração de Fluxo de Caixa.

7 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras	-	120.122	-	120.122
	-	120.122	-	120.122

As aplicações financeiras se referem a CDBs - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 100,77% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Clientes no país	148.520	152.660	167.987	178.258
Desconto de verbas contratuais	(8.226)	(7.920)	(8.226)	(7.920)
Provisão para redução ao valor recuperável	(1.304)	(1.055)	(1.034)	(1.055)
	138.990	143.685	158.457	169.283

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.

*Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016*

Os descontos de verbas contratuais representam descontos firmados com grandes redes.

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Prazo:				
Valores a vencer:	139.497	141.608	158.964	167.206
Valores vencidos:				
de 1 a 30 dias	7.075	7.687	7.075	7.687
de 31 a 60 dias	202	2.203	202	2.203
de 61 a 90 dias	363	143	363	143
Acima de 90 dias	1.383	1.019	1.383	1.019
	<u>148.520</u>	<u>152.660</u>	<u>167.987</u>	<u>178.258</u>

A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está assim representada:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Saldo inicial	(1.055)	(1.064)
Constituição de provisão	(249)	(1.680)
Reversões e baixas	-	1.689
Saldo final	<u>(1.304)</u>	<u>(1.055)</u>

Na nota explicativa 30.2.2 está demonstrado o montante de contas a receber por tipo de cliente, assim como os critérios estabelecidos para a provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber.

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Produtos acabados	55.709	40.596	55.709	40.596
Matérias primas	43.590	42.537	43.590	42.537
Materiais de produção	18.056	15.713	18.056	15.713
Materiais de manutenção e outros	6.787	6.503	6.810	6.526
Produtos em processo	2.332	3.905	2.332	3.905
Importação em andamento (a)	58.175	58.860	16.236	26.780
	<u>184.649</u>	<u>168.114</u>	<u>142.733</u>	<u>136.057</u>

- (a) Representado substancialmente por adiantamentos para compra de trigo e outras matérias primas. Os adiantamentos são liquidados em 30 dias, em média. Em 31 de março de 2016, o montante de adiantamentos com a controlada Cipolin foi de R\$ 41.939 (31 de dezembro de 2015: R\$ 32.080).

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.

*Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016*

A provisão para perdas em estoques é refletida, em sua maior parte, nas contas de produtos acabados, matérias primas e materiais de manutenção. Segue abaixo a movimentação para o período em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro 2015:

	Controladora e consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Saldo inicial	(4.958)	(4.676)
(Adições)/ Reversões	(168)	(282)
Saldo final	<u>(5.126)</u>	<u>(4.958)</u>

10 Impostos e contribuições sociais a recuperar

	Controladora					
	31/03/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir (a)	15.326	14.654	29.980	8.790	16.668	25.458
ICMS a apropriar (b)	13.921	4.101	18.022	12.392	3.842	16.234
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	1.622	4.605	6.227	1.770	4.417	6.187
Imposto de renda a compensar	11.262	-	11.262	11.133	-	11.133
PIS a compensar (c)	6.002	4.948	10.950	6.265	4.634	10.899
COFINS a compensar (c)	22.972	22.837	45.809	20.519	21.350	41.869
Outros impostos e contribuições	1.110	-	1.110	1.022	-	1.022
	<u>72.215</u>	<u>51.145</u>	<u>123.360</u>	<u>61.891</u>	<u>50.911</u>	<u>112.802</u>

	Consolidado					
	31/03/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir (a)	15.326	14.654	29.980	8.790	16.668	25.458
ICMS a apropriar (b)	13.921	4.101	18.022	12.392	3.842	16.234
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	1.622	4.605	6.227	1.770	4.417	6.187
Imposto de renda a compensar	11.262	-	11.262	11.133	-	11.133
PIS a compensar (c)	6.002	4.948	10.950	6.265	4.634	10.899
COFINS a compensar (c)	22.972	22.837	45.809	20.519	21.350	41.869
Outros impostos e contribuições	1.165	-	1.165	1.075	-	1.075
	<u>72.270</u>	<u>51.145</u>	<u>123.415</u>	<u>61.944</u>	<u>50.911</u>	<u>112.855</u>

Os impostos e contribuições sociais a compensar têm a seguinte origem:

- Referem-se, substancialmente, a créditos sobre vendas para estados não signatários disciplinados pelos protocolos ICMS CONFAZ números 46/00 e 50/05, cujas operações caracterizam o direito de ressarcimento da parcela paga a título de substituição tributária, e, ao ICMS extraordinário do farelo de anos anteriores;
- Tratam-se de pagamentos antecipados de ICMS substituição tributária que serão apropriados no momento da venda; e
- Crédito decorrente de pagamentos a maior e sobre aquisição de insumos e decorrente de ação transitada em julgado em 20 de fevereiro de 2015, no valor de R\$ 17.064, do direito de compensar o valor do indébito correspondente aos pagamentos dos tributos sobre a parte que excedeu a base de cálculo constitucionalmente prevista na importação.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.

*Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016*

11 Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de transações entre empresas do Grupo.

Empresa líder do conglomerado

A J. Macêdo S.A. é controlada pela J.Macêdo Alimentos S.A., a qual é uma subsidiária da J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.

Entidades com influência significativa sobre a Companhia

J.Macêdo Alimentos S.A.

J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.

MAC-DO Administração e Participações S.A.

BDM Participações Ltda.

Operação controlada em conjunto

Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda., conforme detalhado na nota explicativa 4.1.

Empresas controladas

Pico da Caledônia. - Companhia controlada, constituída em 2004, conforme nota explicativa 4.1. e incorporada conforme nota explicativa 2.

CIPOLIN S.A. - Companhia controlada, adquirida de sua controladora J. Macêdo Alimentos S.A., conforme nota explicativa 4.1.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

Sobre os saldos de recebíveis entre as empresas do Grupo, em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, não há provisão registrada para perda ao valor recuperável, pela ausência de títulos em atraso com risco de realização.

Os empréstimos e recebíveis com partes relacionadas decorrem da gestão de caixa centralizada com as demais empresas integrantes do Grupo J. Macêdo, e sobre estes valores não incide qualquer encargo financeiro.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016

Segue abaixo quadro das operações entre as partes relacionadas:

Companhia	Tipo de operação	Controladora		Consolidado	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Ativo circulante					
Cipolin S.A.	Adiantamento a fornecedor	41.939	32.080	-	-
Cipolin S.A. (a)	Empréstimos a receber	-	-	-	3.863
		<u>41.939</u>	<u>32.080</u>	<u>-</u>	<u>3.863</u>
Ativo não circulante					
J. Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações	Empréstimos a receber	21.096	20.363	24.637	20.363
J. Macêdo Alimentos S.A.	Empréstimos a receber	2.233	1.954	2.233	1.954
		<u>23.329</u>	<u>22.317</u>	<u>26.870</u>	<u>22.317</u>
Passivo circulante					
Tergran	Empréstimos a pagar	(1.188)	(1.188)	-	-
		<u>(1.188)</u>	<u>(1.188)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Companhia	Tipo de operação	Controladora		Consolidado	
		31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Resultado					
Cipolin	Custo com importação de trigo	69.608	30.825	-	-
Pico da Caledônia	Despesa de deprec. dos bens arrendados	-	162	-	162
Pico da Caledônia	Despesas de juros com arrendamento financeiro	-	345	-	-
Pico da Caledônia	Despesas de aluguéis dos bens arrendados	-	446	-	-
Tergran	Custos portuários	535	562	-	-
		<u>70.173</u>	<u>32.340</u>	<u>-</u>	<u>162</u>

(d) Empréstimos e recebíveis entre Cipolin e J. Macêdo Alimentos S.A.;

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

A Assembleia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global dos administradores em até R\$ 1.080 (R\$ 13.000/ano 2016 e R\$ 13.000/ano 2015), cuja distribuição, individual, foi fixada pelos administradores. Em 31 março de 2016, as despesas com honorários da Administração foram de R\$ 2.246 (31 de março de 2015: R\$ 1.894). A provisão para participação nos resultados está demonstrada na nota explicativa 27.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.

Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016

Avais e garantias

As operações para empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras são, em sua maioria, lastreadas por aval, notas promissórias e alienação fiduciária da Companhia.

As operações, no que concerne a garantias, receberam avais da controladora J.Macêdo Alimentos S.A., representando em 31 de março de 2016, 53,49% (31 de dezembro de 2015: 51,09%) do saldo devedor total junto a instituições financeiras.

Os comentários sobre cláusulas restritivas estão apresentados nas notas explicativas 19 e 20.

12 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	4.160	6.034	4.160	6.034
Diferenças temporárias				
Provisão para perda ao valor recuperável	363	294	363	294
Provisão para perdas com estoques	1.293	1.247	1.293	1.247
Provisão para contingências	3.686	3.658	3.686	3.658
Provisão de honorários de êxito	1.279	1.187	1.279	1.187
Programa de participação nos resultados	511	217	511	217
Perda operação "swap"	2.792	68	2.792	68
Outras provisões	2.660	2.186	2.660	2.186
Total diferido ativo	16.744	14.891	16.744	14.891
Ágio Chiarini	(1.780)	(1.780)	(1.780)	(1.780)
Ganho operação "swap"	(7.089)	(13.375)	(7.089)	(13.375)
Ajuste de avaliação patrimonial	(9.531)	(9.574)	(9.531)	(9.574)
Valor justo propriedades para investimentos	(17.000)	(17.000)	(17.000)	(17.000)
Juros sobre empréstimos capitalizados	(3.935)	(3.682)	(3.935)	(3.682)
Diferença depreciação fiscal	(5.540)	(5.172)	(5.540)	(5.172)
Total diferido passivo	(44.875)	(50.583)	(44.875)	(50.583)
Total de imposto diferido líquido	(28.131)	(35.692)	(28.131)	(35.692)

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Corrente				
Imposto de renda	(2.851)	-	(2.857)	(40)
Contribuição social	(1.429)	-	(1.431)	(15)
	<u>(4.280)</u>	<u>-</u>	<u>(4.288)</u>	<u>(55)</u>
Diferidos				
Imposto de renda	5.116	(5.648)	5.116	(5.648)
Contribuição social	2.444	(2.627)	2.444	(2.627)
	<u>7.560</u>	<u>(8.275)</u>	<u>7.560</u>	<u>(8.275)</u>
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	3.280	(8.275)	3.272	(8.330)

Notas Explicativas*J.Macêdo S.A.**Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016***Reconciliação da taxa efetiva**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
(Prejuízo) Lucro/prejuízo contábil antes do imposto de renda e da CSLL	(5.373)	28.539	(5.373)	28.981
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	1.838	9.703	1.827	9.854
Adições permanentes				
Despesas não dedutíveis	(1.135)	1.618	(1.135)	1.618
Itens não considerados como despesas pela legislação tributária	(1.639)	9.752	(1.639)	9.752
Adições temporárias				
Provisões temporárias	(16.472)	6.337	(16.472)	6.337
Realização de ajustes temporais	(445)	-	(445)	-
IR e CS diferida sobre adições temporárias				
Receitas de realizações futuras	7.560	(8.275)	7.560	(8.275)
Outros Itens	6	-	6	-
Exclusões permanentes				
Itens não considerados como receitas pela legislação tributária	1.609	(13.281)	1.609	(13.281)
Exclusões temporárias				
Provisões realizadas	5.215	(11.938)	5.215	(11.938)
Reversão de provisões temporárias	71	-	71	-
Ganho de incentivos fiscais	4.567	(2.191)	4.567	(2.191)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL	2.220	-	2.220	-
Ajuste negativo do imposto de renda de exercícios anteriores	(216)	-	(216)	-
Outros	112	-	104	(206)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	<u>3.280</u>	<u>(8.275)</u>	<u>3.272</u>	<u>(8.330)</u>
Alíquota efetiva	<u>0,00%</u>	<u>0,00%</u>	<u>0,00%</u>	<u>0,00%</u>

13 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Participações em empresas controladas e operação controlada em conjunto	10.241	15.240	-	-
Ágio (nota explicativa 16)	6.399	6.399	-	-
Outros investimentos	64	64	64	64
	<u>16.704</u>	<u>21.703</u>	<u>64</u>	<u>64</u>

Notas Explicativas*J.Macêdo S.A.**Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016*

- (a) Se referem a reclassificações de imóveis destinados a venda para propriedades para investimentos, conforme o CPC 28 - Propriedade para Investimento.

15 Imobilizado**15.1 Controladora****15.1.1 Composição dos saldos**

	Taxas médias anuais de depreciação %	31/03/2016			31/12/2015		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	27.441	-	27.441	27.441	-	27.441
Edificações e outros imóveis	3,20	167.826	(66.952)	100.874	167.545	(65.762)	101.783
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	8,79	245.876	(134.890)	110.986	246.423	(133.888)	112.535
Instalações	10,23	27.457	(10.171)	17.286	26.980	(9.626)	17.354
Móveis e utensílios	10,00	9.661	(6.737)	2.924	9.529	(6.603)	2.926
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	22,82	7.494	(6.835)	659	7.482	(6.719)	763
Veículos	16,91	6.543	(2.611)	3.932	9.684	(4.324)	5.360
Outros	18,16	6.934	(4.446)	2.488	6.924	(4.183)	2.741
		<u>499.232</u>	<u>(232.642)</u>	<u>266.590</u>	<u>502.008</u>	<u>(231.105)</u>	<u>270.903</u>
Imobilizado em andamento	-	125.933	-	125.933	115.783	-	115.783
Adiantamento a fornecedores	-	35.394	-	35.394	29.895	-	29.895
		<u>660.559</u>	<u>(232.642)</u>	<u>427.917</u>	<u>647.686</u>	<u>(231.105)</u>	<u>416.581</u>

15.1.2 Movimentação dos saldos

	Saldos em 31/12/2015	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	31/03/2016
Terrenos	27.441	-	-	-	-	27.441
Edificações e outros imóveis	101.783	281	-	-	(1.188)	100.876
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	112.535	1.956	(130)	222	(3.586)	110.997
Instalações	17.354	556	(9)	-	(616)	17.285
Móveis e utensílios	2.926	128	-	-	(133)	2.921
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	763	11	-	5	(116)	663
Veículos	5.360	240	(1.344)	-	(324)	3.932
Outros	2.741	1.438	(1.422)	-	(281)	2.476
Imobilizado em andamento	115.783	6.068	(50)	4.131	-	125.932
Adiantamento a fornecedores	29.895	9.857	-	(4.358)	-	35.394
	<u>416.581</u>	<u>20.535</u>	<u>(2.955)</u>	<u>-</u>	<u>(6.244)</u>	<u>427.917</u>

Notas Explicativas*J.Macêdo S.A.**Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016***15.2 Consolidado****15.2.1 Composição dos saldos**

	Taxas médias anuais de depreciação %	31/03/2016			31/12/2015		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	27.441	-	27.441	27.441	-	27.441
Edificações e outros imóveis	3,20	170.591	(68.931)	101.660	170.310	(67.714)	102.596
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	8,79	248.255	(137.050)	111.205	248.803	(136.031)	112.772
Instalações	10,23	27.803	(10.641)	17.342	27.276	(9.915)	17.361
Móveis e utensílios	10,00	9.724	(6.772)	2.952	9.592	(6.637)	2.955
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	22,82	7.603	(6.941)	662	7.590	(6.825)	765
Veículos	16,91	6.543	(2.611)	3.932	9.684	(4.324)	5.360
Outros	18,16	6.935	(4.446)	2.489	6.922	(4.183)	2.739
		<u>504.895</u>	<u>(237.212)</u>	<u>267.683</u>	<u>507.618</u>	<u>(235.629)</u>	<u>271.989</u>
Imobilizado em andamento (a)	-	125.933	-	125.933	115.783	-	115.783
Adiantamento a fornecedores	-	35.394	-	35.394	29.895	-	29.895
		<u>666.222</u>	<u>(237.212)</u>	<u>429.010</u>	<u>653.296</u>	<u>(235.629)</u>	<u>417.667</u>

(a) Referem-se, substancialmente, a investimentos para o aumento da capacidade de estocagem de trigo na unidade de Salvador e aumento da capacidade produtiva e modernização, com novas tecnologias, na unidade de São José dos Campos.

15.2.2 Movimentação dos saldos

	Saldos em 31/12/2015	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	31/03/2016
Terrenos	27.441	-	-	-	-	27.441
Edificações e outros imóveis	102.596	281	-	-	(1.216)	101.661
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	112.771	1.956	(130)	222	(3.601)	111.218
Instalações	17.361	607	(9)	-	(617)	17.342
Móveis e utensílios	2.955	128	-	-	(134)	2.949
Equipamento de dados	765	12	-	5	(116)	666
Veículos	5.359	240	(1.344)	-	(324)	3.931
Outros	2.741	1.438	(1.422)	-	(281)	2.476
Imobilizado em andamento	115.783	6.068	(50)	4.131	-	125.932
Adiantamento a fornecedores	29.895	9.857	-	(4.358)	-	35.394
	<u>417.667</u>	<u>20.587</u>	<u>(2.955)</u>	<u>-</u>	<u>(6.289)</u>	<u>429.010</u>

O valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o período findo em 31 de março de 2016 foi de R\$ 914 (31 de dezembro de 2015: R\$ 3.671). A taxa média utilizada para capitalização foi de 13,42% a.a. (31 de dezembro de 2015: 12,25% a.a.).

O ativo imobilizado do Grupo, após análise de fontes externas e internas de informação, não apresentou qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano físico, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro do Grupo.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.

*Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016*

15.3 Composição da depreciação e amortização

Em 31 de março de 2016 e 31 de março de 2015, o Grupo registrou em seu resultado, custos e despesas com depreciação e amortização, conforme apresentado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Depreciação	(6.124)	(5.537)	(6.169)	(5.597)
Despesa com amortização	(404)	(513)	(404)	(513)
Depreciação do custo atribuído	(120)	(102)	(120)	(102)
Depreciação/amortização no exercício	<u>(6.648)</u>	<u>(6.152)</u>	<u>(6.693)</u>	<u>(6.212)</u>

15.4 Ativos concedidos em garantias

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro 2015 o Grupo possuía bens do ativo imobilizado concedidos em garantia de operações financeiras e processos tributários, conforme apresentado abaixo:

Tipo de garantia	Controladora e Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Máquinas e equipamentos	77.488	79.834
Edificações	73.806	74.363
Instalações	12.458	12.426
Móveis e utensílios	1.771	1.775
Terrenos	13.240	13.240
Imobilizado em andamento	105.434	95.329
Outros	1.612	1.861
	<u>285.809</u>	<u>278.828</u>

16 Intangível

	Controladora		Consolidado		Total
	Softwares e sistemas informatizados (b)	Ágio na aquisição de investimentos (a)	Softwares e sistemas informatizados (b)		
Vida útil	Definida	Indefinida	Definida		
Custo					
Em 31 de dezembro de 2015	48.454	6.399	48.454		54.853
Adições	115	-	115		115
Baixas	(15)	-	(15)		(15)
Em 31 de março de 2016	<u>48.554</u>	<u>6.399</u>	<u>48.554</u>		<u>54.953</u>
Amortização					
Em 31 de dezembro de 2015	(40.957)	-	(40.957)		(40.957)
Amortização	(404)	-	(404)		(404)
Em 31 de março de 2016	<u>(41.361)</u>	<u>-</u>	<u>(41.361)</u>		<u>(41.361)</u>
Valor contábil líquido					
Em 31 de março de 2016	7.193	6.399	7.193		13.592
Em 31 de dezembro de 2015	<u>7.497</u>	<u>6.399</u>	<u>7.497</u>		<u>13.896</u>

(a) O saldo remanescente de R\$ 6.399, decorrente da aquisição da Chiarini, está representado pelo ágio pago por expectativa de rentabilidade futura.

Notas Explicativas*J.Macêdo S.A.**Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016*

- (b) Softwares referem-se a licenças de direito de uso e demais gastos com serviços complementares necessários para a utilização desses softwares a partir de 1º de janeiro de 2009, em especial, o sistema integrado de gestão empresarial - ERP do SAP e estes serão amortizados à taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazo das licenças.

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Nacionais	71.687	52.273	109.712	52.318
Estrangeiros	26.291	7.297	7.187	31.075
	<u>97.978</u>	<u>59.570</u>	<u>116.899</u>	<u>83.393</u>

Referem-se a contas a pagar a fornecedores, basicamente, de insumos, sem a incidência de encargos financeiros, com prazos previstos para liquidação, em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, entre 7 e 60 dias, não havendo títulos vencidos.

18 Tributos a recolher

	Controladora					
	31/03/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	13.340	-	13.340	5.673	-	5.673
Imposto de renda e Contribuição Social	2.459	-	2.459	856	-	856
INSS retido	681	-	681	425	-	425
ISS retido	338	-	338	297	-	297
Outros	1.570	-	1.570	1.948	-	1.948
	<u>18.388</u>	<u>-</u>	<u>18.388</u>	<u>9.199</u>	<u>-</u>	<u>9.199</u>
	Consolidado					
	31/03/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	13.340	-	13.340	5.673	-	5.673
Imposto de renda e Contribuição Social	2.479	-	2.479	870	-	870
INSS retido	681	-	681	425	-	425
ISS retido	338	-	338	297	-	297
Outros	1.587	-	1.587	1.972	-	1.972
	<u>18.425</u>	<u>-</u>	<u>18.425</u>	<u>9.237</u>	<u>-</u>	<u>9.237</u>

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016

19 Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

Moeda nacional	Indexador	Taxa de Juros (a.a)		Controladora e Consolidado	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
FINAME (b)	Pré-fixado	3% a 6%	3% a 6%	21.716	22.706
FINEM BNDES (b)	Pré-fixado, TJLP e moedas	2,45% a 6%	2,45% a 4,5%	113.252	119.013
Crédito rural	Pré-fixado	10,5%	10,5%	9.888	9.645
Moeda estrangeira - US\$					
Capital de giro (a) e (c)	Pré-fixado e moeda	1,67% a 3,01%	1,67% a 3,01%	184.914	241.559
Imobilizado (a) e (c)	Pré-fixado e moeda	2,07% a 6,43%	2,07% a 5,35%	31.221	28.874
				<u>360.992</u>	<u>421.797</u>
Circulante				<u>(222.227)</u>	<u>(199.738)</u>
Não circulante				<u>138.764</u>	<u>222.059</u>

- (a) Garantido, parcialmente, com aval da controladora J. Macêdo Alimentos S.A., títulos em cobrança e nota promissória.
- (b) Garantido por alienação fiduciária dos bens e/ou nota promissória.
- (c) Operação 4131 com “Swap” para CDI conforme nota explicativa 30.2.

As parcelas a vencer no não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
2017	50.341	139.497
2018	28.373	22.886
A partir de 2019	<u>60.050</u>	<u>59.676</u>
	<u>138.764</u>	<u>222.059</u>

O Grupo está obrigado, devido ao empréstimo do FINEM BNDES, a observar determinados índices associados ao balanço e à demonstração do resultado do exercício, dentre eles, citamos: a razão entre dívida financeira líquida por Ebitda menor ou igual a 2,75, dívida financeira bruta por patrimônio líquido menor ou igual a 1,50 e Ebitda por despesa financeira líquida maior ou igual a 1,75, os quais foram adequadamente cumpridos em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Transações que não envolvem caixa

Em 31 de março de 2016, a Companhia realizou atividades de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa e equivalentes a caixa, e que, portanto, não estão refletidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício. Estas transações se referem a FINIMP, nas quais o pagamento dos bens ocorre diretamente pelas instituições financeiras, não transitando os recursos no caixa da Companhia. No período findo em 31 de março de 2016 o montante foi de R\$ 8.625 (31 de dezembro de 2015: R\$ 28.874).

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016

20 Debêntures (controladora e consolidado)

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Circulante	28.601	31.750
Não circulante	42.880	57.160
	71.481	88.910

Em 31 de março de 2016 o valor provisionado de juros foi R\$ 41 (31 de dezembro de 2015: R\$ 3.190).

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
2017	14.280	28.560
2018	28.600	28.600
	42.880	57.160

Características da oferta

Debêntures	2ª. Emissão
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	100
Remuneração	Taxa DI + 1,4% a.a.
Vencimento	30/09/2018

21 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Provisões operacionais (a)	3.388	3.412	3.388	3.412
Fretes a pagar	10.019	11.013	10.019	11.013
Provisão de honorários de êxito	4.600	4.269	4.600	4.269
Verbas diretas	5.180	5.551	5.180	5.551
Contas a pagar antigos acionistas da Chiarini (b)	1.968	2.541	1.968	2.541
Comissões a representantes	512	545	512	545
Outros	2.850	3.055	3.009	3.153
	28.516	30.386	28.675	30.484
Circulante	(21.128)	(23.648)	(21.287)	(23.746)
Não circulante	7.388	6.738	7.388	6.738

- (a) Se referem, em 31 de março de 2016, substancialmente, às provisões para reestruturação realizadas em dezembro de 2014, em decorrência da parada das atividades na filial situada em Jaguaré - SP, cujo volume de produção foi transferido para a unidade situada em São José dos Campos - SP.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.

*Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016*

- (b) Saldo a pagar pela aquisição, em 6 de janeiro de 2009, da Orlando Chiarini Indústria e Comércio Ltda., pelo montante de R\$ 28.128. Esse valor vem sendo pago em parcelas mensais, com vencimento final em 05 de janeiro de 2017. Sobre o saldo devedor, incide a variação do CDI.

Os montantes a pagar no não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2017	2.187	1.536
2018	1.584	1.584
A partir de 2019	3.617	3.618
	<u>7.388</u>	<u>6.738</u>

22 Provisão para contingências

O Grupo é parte em vários processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios do Grupo.

O quadro a seguir demonstra a mutação das provisões para contingências:

	<u>Controladora e Consolidado</u>			
	<u>Tributária (a)</u>	<u>Trabalhista (b)</u>	<u>Cível (c)</u>	<u>Saldo líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>1.715</u>	<u>5.211</u>	<u>1.527</u>	<u>8.453</u>
Provisões	2.131	4.817	2.067	9.015
Reversão de provisões	(1.416)	(1.263)	(603)	(3.282)
Pagamentos/depósitos	-	(1.759)	(466)	(2.225)
Encargos financeiros	218	733	243	1.194
(-) Depósitos judiciais	<u>-</u>	<u>(4.472)</u>	<u>-</u>	<u>(4.472)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>2.648</u>	<u>3.267</u>	<u>2.768</u>	<u>8.683</u>
Provisões	-	599	296	895
Reversão de provisões	(284)	(884)	(57)	(1.225)
Encargos financeiros	74	254	86	414
(-) Depósitos judiciais	<u>-</u>	<u>(265)</u>	<u>-</u>	<u>(265)</u>
Saldo em 31 de março de 2016	<u>2.438</u>	<u>2.971</u>	<u>3.093</u>	<u>8.502</u>

O total de pagamentos efetuados no primeiro trimestre de 2016 foi de R\$ 950 (31 de dezembro de 2015: R\$ 2.225), sendo R\$ 285 (31 de dezembro de 2015: R\$ 0) referente a contingências tributárias, R\$ 541 (31 de dezembro de 2015: R\$ 1.759) referente a contingências trabalhistas e R\$ 123 (31 de dezembro de 2015: R\$ 466) referente a contingências cíveis e administrativas.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.

*Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016*

(a) Tributárias

Em 31 de março de 2016, o Grupo figurava como réu em ações de natureza tributária administrativa e judicial, cujo valor em contingência é de R\$ 281.885 (31 de dezembro de 2015: R\$ 266.716), constituídas por R\$ 141.138 (31 de dezembro de 2015: R\$ 137.595) relativa a tributos federais; R\$ 139.761 (31 de dezembro de 2015: R\$ 128.110) relativa a impostos estaduais e 986 (31 de dezembro de 2015: R\$ 1.011) relativa a tributos municipais.

(b) Trabalhistas

As principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra o Grupo referem-se a horas extras e seus encargos, diferenças salariais decorrentes de equiparações e ações de indenização por danos material e moral decorrentes de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional.

Em 31 de março de 2016, existiam diversas ações judiciais trabalhistas em andamento. O valor total envolvido nestas ações trabalhistas é de R\$ 51.443 (31 de dezembro de 2015: R\$ 51.208).

Em 31 de março de 2016, os depósitos judiciais para o pagamento de execuções trabalhistas e recursais totalizavam o montante de R\$ 7.614 (31 de dezembro de 2015: R\$ 6.817). Não existem provisões que possuam bens como garantia na área trabalhista.

(c) Cíveis e administrativas

Em 31 de março de 2016, o Grupo era réu em ações de natureza cível administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 13.459 (31 de dezembro de 2015: R\$ 11.967).

A maior parte das ações nas quais a Companhia figura como réu refere-se, sobretudo, a ações de representantes comerciais e de cobranças fundadas em motivos variados.

A J. Macêdo S.A. é parte ativa em alguns processos em que pode haver uma eventual contingência. São casos onde a companhia entrou com processo para questionar valores (ação declaratória de nulidade de títulos e sustações de protestos), mas pode correr o risco de perder e ter que pagar os valores tidos como indevidos, no montante de R\$ 2.078. Nenhum destes casos denominados de “ativos contingentes” estão classificados como perda provável, apenas possível e remota.

O Grupo possui passivos contingentes que não estão sujeitos ao registro contábil, conforme normas vigentes, por serem classificados pela Administração e seus assessores legais como de risco possível. Tais contingências estão assim representadas:

	Controladora e consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015
Tributária	177.570	171.429
Trabalhista	8.544	7.978
Cível	7.289	6.806
	<u>193.403</u>	<u>186.213</u>

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.

*Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016*

Abaixo estão detalhadas as principais causas de natureza tributária, cujas expectativas de perdas foram classificadas como possível. As demais causas possíveis não possuem valor superior a R\$10.000:

Autor: Receita Federal do Brasil

I) Auto de infração de IRPJ, no valor de R\$ 25.900, lavrado contra a Companhia em 25.10.2010, por supostamente não ter respeitado o limite de 30% para utilização de prejuízo fiscal. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

Autor: Estado de São Paulo

I) Execução fiscal proveniente de auto de infração de ICMS, no valor de R\$ 26.002, lavrado contra a Companhia em 21.11.1994, por supostamente ter efetuado desembaraço aduaneiro em estado diferente do seu estabelecimento industrial. Aguarda-se julgamento em 1ª Instância Judicial nos Embargos à Execução Fiscal.

II) Execução Fiscal no valor de R\$ 22.973, oriundo do Auto de Infração lavrado contra a Companhia em 18.10.2010 com alegação de: (i) entrega de arquivo magnético com supostos erros de informações; e (ii) crédito indevido em decorrência do cálculo utilizado para as saídas isentas. Julgado improcedente em 1ª Instância Administrativa. Após julgamento improcedente de Recurso Especial pelo TIT/SP, aguardamos o ajuizamento da Execução Fiscal para apresentação de Embargos à execução. Ajuizada Execução Fiscal nº 1500148-30.2015.8.26.0577.

Autor: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro

I) Auto de infração lavrado pelo Estado do Rio de Janeiro em 27.03.2006, no valor de R\$ 25.403 por suposta falta de pagamento de ICMS devido na importação do trigo. Questiona-se o diferimento deste imposto para o farelo. Aguarda-se julgamento em 1ª Instância Judicial.

23 Subvenções governamentais (Controladora)

Em 31 de março de 2016, a Companhia fez jus a R\$ 10.503 em subvenções estaduais (31 de março de 2015: R\$ 6.445). Para o período findo em 31 de março de 2016, a Companhia possuiu base para cálculo do lucro da exploração, registrando R\$ 996 relativo a subvenções federais. Em 31 de março de 2015, não possuiu base para cálculo do lucro da exploração.

As subvenções federais e estaduais estão descritas a seguir:

23.1 ADENE (Âmbito Federal)

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em: (i) Redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos desde o ano 2008 até 2017, na industrialização de trigo e fabricação de massas alimentícias, para as unidades de Maceió e Fortaleza. Para a unidade de Salvador a Companhia é beneficiária de incentivo fiscal, com redução de 75% do imposto de renda e adicional por 10 (dez) anos desde o ano de 2008 até 2017, na fabricação de massas alimentícias e redução de 75%, por 10 anos, de 2015 até 2024, na industrialização de trigo e seus derivados. Os incentivos da Companhia são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da modernização total de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais são reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.

*Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016*

As normas disciplinadoras do benefício fiscal de redução do imposto de renda, nos termos dos artigos 13 e 14 da Lei nº 4.239 de 27.06.1963, Decreto 64.214/69 e modificações posteriores, estabelecem que as empresas beneficiárias devem anualmente atualizar os seus pleitos na SUDENE a fim de obterem uma declaração anual para comprovação da situação de regularidade perante a Secretaria da Receita Federal. A Companhia encontra-se regular junto à SUDENE.

23.2 PROVIN (Estado do Ceará)

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do incentivo fiscal estadual relativo ao Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas - PROVIN, que prevê o diferimento de 75% do valor do ICMS apurado mensalmente, incidente sobre as entradas mensais de trigo em grão no estabelecimento, durante 120 meses, contados a partir de janeiro de 2005 até dezembro de 2014, e prorrogado de janeiro de 2015 a dezembro de 2024. A partir de fevereiro de 2016 o pagamento do ICMS diferido passou de 15% para 1% da parcela financiada, mantendo a atualização pela TJLP ao término do período de carência de 24 meses, sendo a diferença (99%) registrada no resultado do exercício, como redutora da conta de despesa (ou custo) do ICMS.

23.3 DESENVOLVE (Estado da Bahia)

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica (“DESENVOLVE”), conforme Resolução do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE nº 43, de 17 de março de 2005, e modificações posteriores definidas pelas Resoluções nº 86, de 1º de novembro de 2006, nº 96, de 30 de agosto de 2008, nº 59, de 26 de agosto de 2009 e nº 183, de 17 de dezembro de 2013.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais relativos ao ICMS, mediante a dilação do prazo para o seu pagamento em até 72 (setenta e dois) meses, ou perdão da dívida mediante o pagamento do valor residual até o dia 20 do mês subsequente ao da apuração. Ademais, as regras do DESENVOLVE foram concedidas à J. Macêdo até novembro de 2025.

Os recursos incentivados à unidade industrial ocorrem mediante a aplicação de um desconto, quando do vencimento do tributo, de até 81% do ICMS Normal devido ao Estado da Bahia, conforme gerado nas operações da referida unidade.

23.4 PRODESIN (Estado de Alagoas)

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas (“PRODESIN”), conforme Decreto nº 4.283, de 11 de janeiro de 2010.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais mediante a devolução do ICMS retido por substituição tributária nas operações de entrada de farinha de trigo e misturas de farinha de trigo utilizadas como matéria prima por estabelecimento industrial fabricante incentivado pelo PRODESIN, para a fabricação de massas alimentícias para utilização do consumidor final, em seu limite legal de 57,98%.

Os incentivos governamentais ora concedidos terão prazo de fruição de 15 (quinze) anos, contados da publicação do decreto concessivo, na forma prevista na Lei 5.671/1995 e suas alterações e no Decreto 38.394/2000 e suas alterações.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.

*Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016*

24 Patrimônio líquido (Controladora)

24.1 Capital social

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito e integralizado, estava representado conforme quadro abaixo:

	31/03/2016	31/12/2015
Capital social	<u>197.873</u>	<u>197.873</u>
Ações nominativas - Quantidade:		
Ordinárias	11.496.411	11.496.411
Preferenciais classe A	10.334.449	10.334.449
Preferenciais classe B	<u>1.337</u>	<u>1.337</u>
	<u>21.832.197</u>	<u>21.832.197</u>

As ações são indivisíveis em relação à Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios são distribuídos somente no caso da Companhia apresentar lucro no exercício após excluídos os saldos de reserva legal e reserva de incentivos fiscais.

24.2 Reserva de capital/ lucros - Incentivos fiscais federais

Os incentivos fiscais, decorrentes da isenção do imposto de renda, registrados como reserva de capital até o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R\$ 601. Conforme a Lei 11.638/07, a partir de 1º de janeiro de 2008 esses incentivos passaram a ser registrados como redutor da despesa de imposto de renda. Na distribuição do lucro líquido, o valor apurado de incentivos fiscais federais é registrado na conta de Reserva de Lucros.

24.3 Reserva de lucros - Incentivos fiscais estaduais

Refere-se ao incentivo fiscal estadual de redução do imposto de renda e ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, conforme comentado na nota explicativa 23.

24.4 Ajuste de avaliação patrimonial

A realização do ajuste de avaliação patrimonial é feita na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial. Em 31 de dezembro de 2014, o ajuste de avaliação patrimonial reflexa representava a participação da Companhia sobre o custo atribuído contabilizado por sua controlada Pico da Caledônia. Com a realização da Incorporação da Pico da Caledônia pela Companhia, conforme citado na nota explicativa 4, o ajuste passou a compor o saldo da Companhia.

24.5 Destinação do lucro

Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

- 5% para constituição de reserva legal limitada a 20% do capital social.
- 25%, a título de dividendos conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitada a prioridade das ações preferenciais.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.

*Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016*

- O saldo, se houver e salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais nos termos de proposta do Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembleia Geral, e reforço do capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social.

24.6 Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão estão representados por variações cambiais de investimentos no exterior.

25 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Receita bruta de vendas	388.855	381.278	389.528	382.765
(-) Impostos	(32.907)	(34.101)	(33.079)	(34.260)
(-) Devoluções	(8.118)	(4.910)	(8.118)	(4.910)
(-) Abatimentos	(7.907)	(7.430)	(7.907)	(7.430)
	<u>339.923</u>	<u>334.837</u>	<u>(340.424)</u>	<u>336.165</u>

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

26 Custos e despesas operacionais

26.1 Por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Matérias-primas e embalagens	(188.820)	(168.251)	(188.820)	(168.251)
Pessoal	(45.024)	(46.427)	(45.551)	(46.965)
Serviços de terceiros e fretes	(63.730)	(57.693)	(63.903)	(57.868)
Depreciação e amortização	(6.792)	(6.344)	(6.837)	(6.404)
Outros	(25.217)	(28.660)	(24.434)	(28.881)
	<u>(329.583)</u>	<u>(307.375)</u>	<u>(329.545)</u>	<u>(308.369)</u>

26.2 Por função

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Custos dos produtos vendidos (a)	(237.348)	(208.679)	(237.159)	(209.459)
Despesas com vendas	(66.763)	(66.435)	(66.763)	(66.435)
Despesas gerais e administrativas	(25.472)	(32.261)	(25.623)	(32.475)
	<u>(329.583)</u>	<u>(307.375)</u>	<u>(329.545)</u>	<u>(308.369)</u>

- (a) Constituídas por despesas gerais, administrativas, honorários da administração, depreciação e amortização.

Notas Explicativas*J.Macêdo S.A.**Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016***27 Benefícios de curto prazo**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Ordenados e salários	(16.777)	(17.198)	(17.660)	(17.125)
Custos de previdência social	(6.889)	(5.284)	(7.194)	(5.260)
Participação nos resultados	(1.059)	(4.200)	(1.059)	(4.200)
	<u>(24.724)</u>	<u>(26.682)</u>	<u>(25.912)</u>	<u>(26.585)</u>

O Grupo concede participação nos resultados a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

28 Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Provisão para perda com desvalorização dos estoques	(2.433)	(547)	(2.445)	(547)
Ajuste de inventário	(881)	30	(881)	30
Participação nos resultados	(1.059)	-	(1.059)	-
Recuperação de despesas	499	-	499	-
Reversão para reestruturação	209	-	209	-
(Provisão)/ reversão honorários de êxito	(331)	535	(331)	535
Recuperação de sinistro	1.011	-	1.011	-
Venda de ativos	(558)	263	(558)	263
Provisão para redução ao valor recuperável	(199)	(270)	(199)	(270)
Contingências líquidas	(1.035)	(843)	(1.035)	(843)
Outras receitas (despesas) líquidas	<u>(2.300)</u>	<u>312</u>	<u>(2.300)</u>	<u>312</u>
	<u>(7.077)</u>	<u>(520)</u>	<u>(7.089)</u>	<u>(520)</u>

29 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Variações monetárias e cambiais passivas	(33.479)	(42.401)	(33.479)	(42.401)
Ajuste a valor de mercado de derivativos	(31.010)	(619)	(36.246)	(619)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.370)	(8.085)	(6.370)	(8.085)
Outras despesas financeiras	(603)	(393)	(604)	(45)
Outras despesas de juros	(253)	(613)	(253)	(613)
Tarifas bancárias	(166)	(161)	(174)	(166)
Despesas financeiras	<u>(71.881)</u>	<u>(52.272)</u>	<u>(77.126)</u>	<u>(51.929)</u>
Ajuste a valor de mercado de derivativos	1.817	36.040	2.493	47.043
Variações monetárias e cambiais ativas	58.548	546	58.548	546
Rendimentos de aplicações financeiras	5.704	4.974	5.711	4.986
Descontos obtidos	548	394	548	394
Outras receitas financeiras	645	258	672	277
Receitas financeiras	<u>67.262</u>	<u>42.212</u>	<u>67.972</u>	<u>53.246</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(4.619)</u>	<u>(10.060)</u>	<u>(9.154)</u>	<u>1.317</u>

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.

Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016

30 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

30.1 Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)

30.1.1 Valor justo

Os valores justos estimados de ativos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

O CPC 40 (R1) e CPC 46 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

Nível 2 - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3 - Inputs para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo mantém contratos de swap registrados pelo valor justo, cujo processo de mensuração utilizado está classificado no nível 2 e não houve mudança entre níveis ao longo do período. Os valores justos dos financiamentos registrados nas informações trimestrais aproximam-se dos valores contábeis em virtude das operações serem na sua maioria efetuadas a juros pós-fixados e as aplicações apresentarem disponibilização imediata.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Abaixo, seguem os ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Empréstimos e recebíveis				
Banco conta movimento	5.761	7.838	5.761	7.838
Equivalente de caixa	124.205	58.000	124.205	58.000
Aplicações financeiras	-	120.122	-	120.122
Contas a receber	138.990	143.685	138.990	143.685
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	23.329	22.317	23.329	22.317
Ativos financeiros ao valor justo				
Operação de “swap”	25.489	48.089	25.489	48.089
	<u>317.774</u>	<u>400.051</u>	<u>317.774</u>	<u>400.051</u>

Notas Explicativas*J.Macêdo S.A.**Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016*

	Controladora (continuação)			
	Valor contábil		Valor justo	
Passivos financeiros ao custo não amortizado				
Empréstimos e financiamentos	360.992	421.797	428.678	496.010
Debêntures	71.481	88.910	71.481	88.910
Fornecedores	97.978	59.570	97.978	59.570
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	1.188	1.188	1.188	1.188
Passivos financeiros ao valor justo				
Operação de “swap”	10.037	2.142	10.037	2.142
	<u>541.676</u>	<u>573.607</u>	<u>609.362</u>	<u>647.820</u>

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Empréstimos e recebíveis				
Banco conta movimento	43.742	30.639	43.742	30.639
Equivalente de caixa	136.803	73.134	136.803	73.134
Aplicações financeiras	-	120.122	-	120.122
Contas a receber	177.561	169.283	177.561	169.283
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	26.870	26.180	26.870	26.180
Ativos financeiros ao valor justo				
Operação de “swap”	25.489	48.089	25.489	48.089
Operação de “forward”	115	1.789	115	1.789
	<u>410.580</u>	<u>469.236</u>	<u>410.580</u>	<u>469.236</u>
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	360.992	421.797	428.678	496.010
Debêntures	71.481	88.910	71.481	-
Fornecedores	136.003	83.393	136.003	83.393
Passivos financeiros ao valor justo				
Operação de “swap”	10.037	2.142	10.037	2.142
Operação de “forward”	4.611	131	4.611	131
	<u>583.124</u>	<u>596.373</u>	<u>650.810</u>	<u>581.676</u>

30.2 Objetivos para gestão de risco financeiro

Os principais ativos e passivos financeiros do Grupo referem-se a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, operações de swap, debêntures, empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações do Grupo.

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta administração do Grupo supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração fornece garantia à alta administração do Grupo de que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas do Grupo e disposição para risco do Grupo.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.

*Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016*

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

30.2.1 *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, debêntures, derivativos e fornecedores.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida existente em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

A seguinte premissa foi adotada no cálculo das análises de sensibilidade: a sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações não circulantes do Grupo sujeitas a taxas de juros variáveis, em especial CDI e TJLP.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo era:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Instrumentos de taxa fixa				
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	(63.356)	(64.432)	(63.356)	(64.432)
	<u>(63.356)</u>	<u>(64.432)</u>	<u>(63.356)</u>	<u>(64.432)</u>
Instrumentos de taxa variável				
Ativos financeiros				
Equivalente de caixa	124.205	58.000	136.803	73.134
Aplicações financeiras	-	120.122	-	120.122
Derivativos	25.489	48.089	25.604	49.878
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	(297.636)	(357.365)	(297.636)	(357.365)
Debêntures	(71.481)	(88.910)	(71.481)	(88.910)
Derivativos	(10.037)	(2.142)	(14.648)	(2.273)
	<u>(229.460)</u>	<u>(222.206)</u>	<u>(221.358)</u>	<u>(205.414)</u>

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros fixa

O Grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e o Grupo não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.

*Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016*

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros variável

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro do Grupo antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Aumento/redução em %	Efeito, em reais, no lucro antes da tributação
31/03/2016	-25	(65)
	-50	(130)
31/03/2015	-25	(874)
	-50	(1.748)

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais e empréstimos em moeda estrangeira do Grupo.

Atividades operacionais

Em geral, o Grupo protege de 80% a 100% de sua exposição esperada de moeda estrangeira com relação a suas compras de trigo realizadas para os próximos cinco meses. O Grupo não tem exposição em moeda estrangeira nas contas a receber de clientes e o principal contas a pagar a fornecedores em moeda estrangeira refere-se ao trigo.

Os principais montantes dos empréstimos bancários do Grupo em Dólar, cuja moeda funcional é o Real, foram completamente protegidos, utilizando-se da modalidade de swap e os contratos vencem nas mesmas datas em que os empréstimos vencem.

Exposição à moeda estrangeira

Para os empréstimos em moeda estrangeira, o Grupo contrata operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap” e “NDFs”. As operações consistem na troca da variação cambial (dólar) por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI mais taxa média pré-fixada de 0,82 % (31 de dezembro de 2015: 0,39%).

		Valor justo		
	Valor Notional(Reais)	Ativo financeiro derivativo	Passivo financeiro derivativo	Resultado no exercício
31 de março de 2016				
Risco de taxa de câmbio				
Instrumentos financeiros Derivativos	179.447	25.489	10.037	(29.194)
	Circulante	<u>22.203</u>	<u>9.075</u>	
	Não circulante	<u>3.286</u>	<u>962</u>	

No período findo em 31 de março de 2016, a Companhia registrou uma despesa de R\$ 31.010 e uma receita de R\$ 1.817 (31 de dezembro de 2015: receita de R\$ 69.013) no resultado financeiro.

A controlada Cipolin contrata instrumentos financeiros derivativos para proteção das variações de moeda em suas operações de venda de trigo. No período findo em 31 de março de 2016, o valor dos derivativos da posição comprada totalizou R\$ 39.148 (31 de dezembro de 2015: R\$

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.

*Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016*

73.020). O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos ativos totalizou R\$ 4.497 (31 de dezembro de 2015: R\$ 1.659), enquanto que os instrumentos financeiros derivativos passivos totalizaram R\$ 115 (31 de dezembro de 2014: R\$ 131). A controlada apurou uma perda de R\$ 4.401 (31 de dezembro de 2015: ganho R\$ 16.140) registrada no resultado financeiro (Ajuste a valor de mercado).

Abaixo segue demonstrativo de que os empréstimos e financiamentos são 100% garantidos por meio de contratos de swap.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	179.447	205.778	179.447	205.778
Fornecedor em moeda estrangeira (a)	26.291	7.297	26.291	31.075
Contrato de swap (b)	<u>(179.447)</u>	<u>(205.778)</u>	<u>(179.447)</u>	<u>(205.778)</u>
Exposição líquida (a-b)	<u>26.291</u>	<u>7.297</u>	<u>26.291</u>	<u>31.075</u>

	Aumento/redução em %	Efeito no lucro antes da tributação	
		Controladora	Consolidado
31/03/2016			
Reais	25	23.388	23.388
	50	46.776	46.776
31/12/2015			
Reais	25	6.491	27.644
	50	12.982	55.287

Risco de preço de commodities

O Grupo é afetado pela volatilidade dos preços de certas commodities. Suas atividades operacionais requerem aquisição de trigo e açúcar para produção de farinhas, massas, misturas para bolo, biscoitos e sobremesas. Devido ao aumento significativo dos preços dessas *commodities*, o Grupo desenvolveu e implantou uma estratégia para a gestão de risco de preço de commodities.

O Grupo monitora ativamente a variação do preço do trigo e do açúcar nos mercados internacional e doméstico, mantendo cobertura de estoques dos seus principais insumos, ajustando suas políticas de preços aos movimentos de mercado.

O Grupo buscou proteção à alta dos preços alongando seus estoques, firmando contratos de fornecimento com preços fixos antecipadamente e reposicionando seus preços de venda. O Grupo opera com contratos firmados de compra de trigo para pagamento e entrega futura.

30.2.2 Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pelo Grupo em relação a esse risco.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.

*Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016*

Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em uma política de crédito adequada as condições de mercado.

Em 31 de março de 2016, a Companhia contava com quinze clientes (31 de dezembro de 2015: quinze clientes) que deviam ao Grupo mais de R\$ 3.000 cada e eram responsáveis por 35,8% (31 de dezembro de 2015: 33,0%) de todos os recebíveis.

Dos clientes ativos do Grupo, 63% (31 de dezembro de 2016: 66%) vêm operando com o Grupo por mais de 2 anos, e nenhuma perda por recuperabilidade foi reconhecida para esses clientes. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se estes clientes são atacadistas, varejistas ou outros clientes.

Clientes que são ranqueados como “risco alto” são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pelo comitê de gestão de risco, e vendas são realizadas somente com pagamento à vista. Não houveram alterações relevantes da política de crédito do Grupo desde sua implantação.

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis na data do relatório por tipo de cliente foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Cientes - Atacado	134.680	125.852	134.680	125.852
Cientes - Varejo	32.956	32.919	32.956	32.919
Outros clientes	8.539	7.222	28.006	32.820
(-) Provisões	<u>(27.655)</u>	<u>(13.333)</u>	<u>(27.655)</u>	<u>(13.333)</u>
	<u>148.520</u>	<u>152.660</u>	<u>167.987</u>	<u>178.258</u>

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, o risco de perda é avaliado coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nesta nota explicativa. O Grupo conta com garantias para aproximadamente 50% (31 de dezembro de 2015: 50%) de sua exposição de crédito dos clientes do Canal Distribuidores.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O risco de crédito de saldos com caixas e equivalentes de caixa é administrado pela Tesouraria do Grupo de acordo com política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos, substancialmente, nos bancos Itaú, Safra, Caixa e Santander. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano, mas sujeito à aprovação do Comitê de Finanças do Grupo. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.

*Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016*

A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é o valor registrado como demonstrado nesta nota explicativa.

30.2.3 *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

A prática do Grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos são apresentados, respectivamente, nas notas explicativas nº 19 e 20.

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais, pertencentes à família Macêdo, representadas por pessoas jurídicas e físicas.

O objetivo principal da administração de capital do Grupo é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

No período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro 2015 não ocorreram alterações no capital social da Companhia. Além disso, não houveram alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

31 Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2016 e 2015, a Companhia possuía as seguintes coberturas de seguros:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015
<u>Modalidade:</u>		
Responsabilidade civil	8.000	8.000
Incêndios, raios, explosões e queda de aeronaves	178.444	143.035
Lucros cessantes decorrentes de incêndios, vendaval, danos elétricos, tumultos, quebras de máquinas e equipamentos	145.566	136.233
	<u>332.010</u>	<u>287.268</u>

A Administração da Companhia entende que as coberturas de seguros para riscos operacionais e para resguardar seus ativos imobilizados e estoques, são considerados suficientes, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Trimestre findo em 31 de março de 2016

32 Eventos subsequentes

32.1 Desativação de unidade

Por decisões estratégicas da Companhia, no mês de maio de 2016, foram paralisadas as atividades de produção da filial situada em Pouso Alegre, MG. O volume de produção realizado por esta unidade foi transferido para a unidade da Companhia situada em São José dos Campos, SP. Os efeitos contábeis, quando aplicáveis, estão sendo avaliados pela Administração e, uma vez que a decisão foi tomada em período posterior a 31 de março de 2016, seu registro contábil será feito dentro da devida competência.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais - ITR

Aos

Conselheiros e Diretores

J.Macêdo S.A.

Fortaleza - CE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da J.Macêdo S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Fortaleza, 11 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 S-CE

Yukie de Andrade Kato

Contadora CRC PR-052608/O-4 T-CE